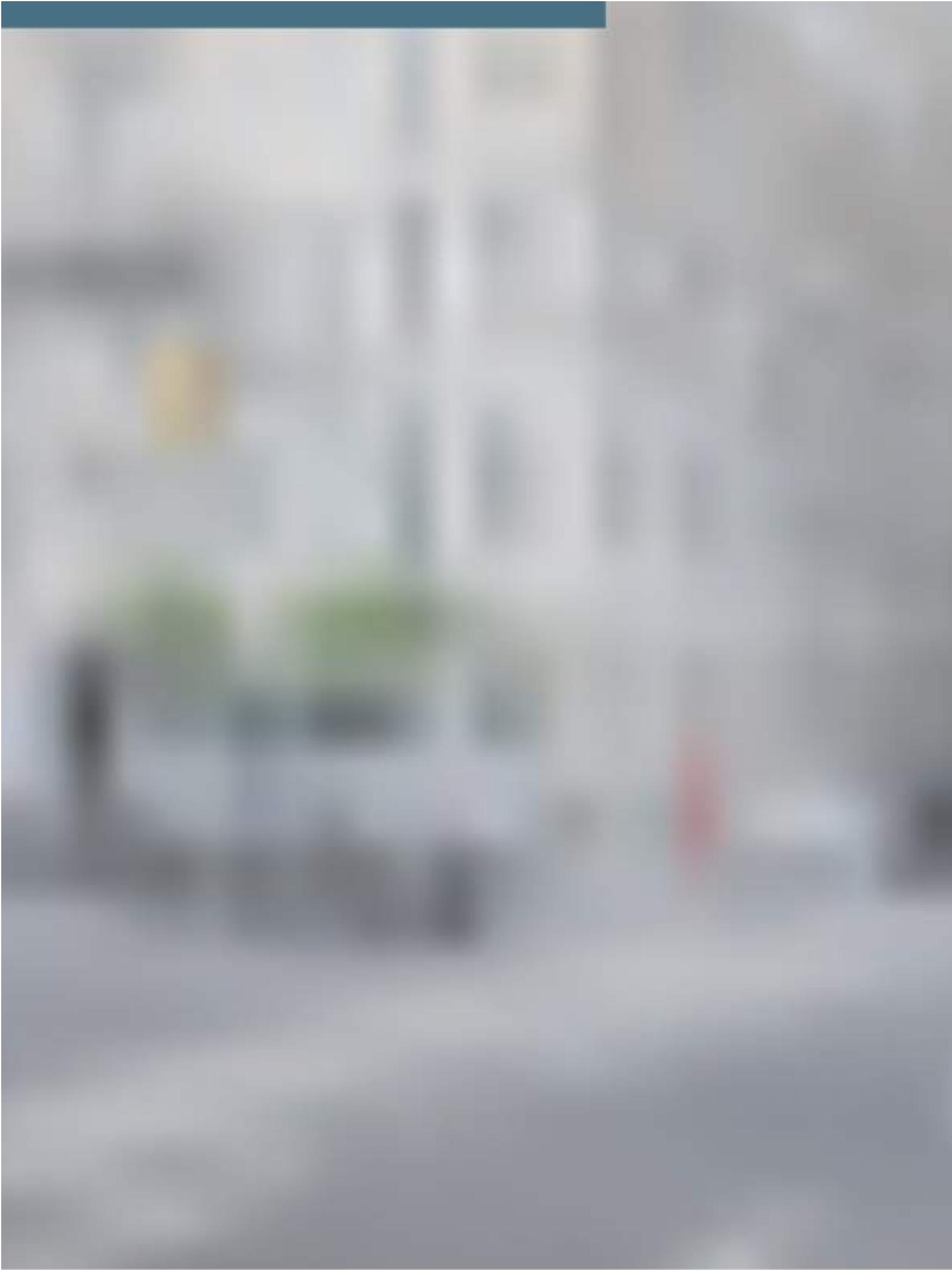


METRUS 

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

2016

RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES
AO PARTICIPANTE



APRESENTAÇÃO

Mais do que atender às exigências legais, o **Relatório Anual de Informações ao Participante de 2016** apresenta todos os cenários vivenciados durante o ano, os trabalhos desenvolvidos, bem como os resultados conquistados na gestão dos recursos. Tudo com o objetivo de proporcionar aos participantes a segurança de um futuro bem planejado.

Para os sistemas de Previdência Complementar e Autogestão em Saúde, o ano de 2016 foi desafiador. Nesse cenário, ter um modelo de governança equilibrado e uma gestão firme e focada nas boas práticas faz a diferença. Em meio às dificuldades, a equipe do Metrus demonstrou preparo e dedicação para atender às expectativas e honrar a confiança depositada pelos participantes. A colaboração e a participação ativa dos Conselhos Deliberativo e Fiscal foram fundamentais para o desempenho do Metrus e de suas atividades no período.

Com esforço conjunto e trabalho dedicado vieram os excelentes resultados. O patrimônio dos participantes atingiu uma marca histórica, ultrapassando R\$ 2 bilhões. Uma série de iniciativas voltadas à melhoria nas áreas de Saúde e Relacionamento também foram implantadas, como os Ambulatórios próprios e os Postos Avançados de Relacionamento, aproximando, cada vez mais, o participante do Instituto.

Além disso, o ano terminou com importantes avanços no processo de aprovação do Estatuto do Metrus. O novo documento permite a abertura da Entidade ao multipatrocínio, possibilitando a adesão de novos instituidores.

Todas as ações desempenhadas no ano fizeram parte da estratégia de gestão do Metrus e do incansável esforço de buscar a sustentabilidade dos planos e a perenidade do Instituto.

Dominar esses temas não foi tarefa fácil. Um futuro promissor e de oportunidades se conquista com união, seriedade, conhecimento e muita dedicação. É nessa direção que estamos caminhando.

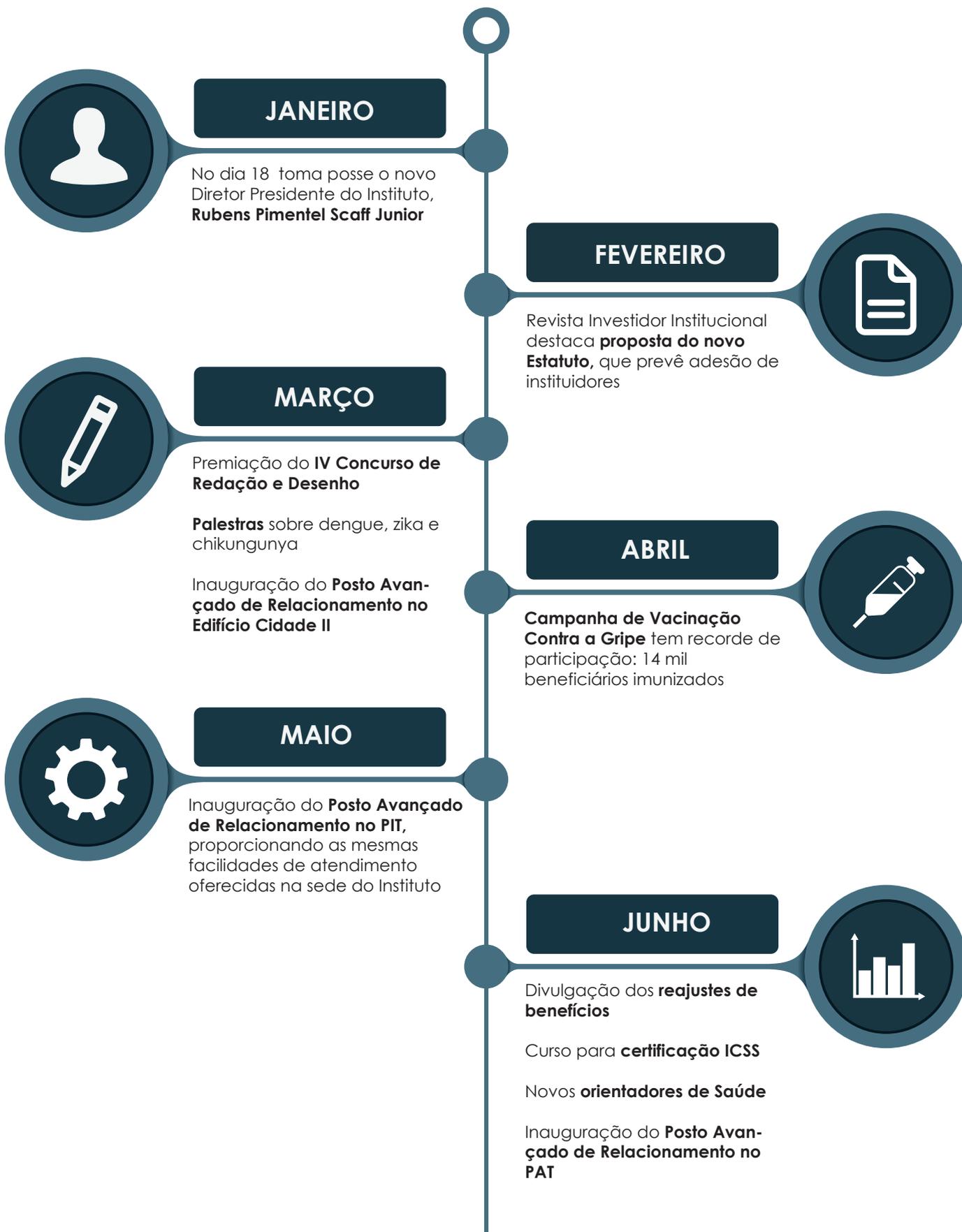
Boa leitura! **DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor Presidente – Rubens Pimentel Scuff Junior
Diretor de Previdência – Nelson Medeiros Sobrinho
Diretor de Saúde – Mário Fioratti Filho
Diretor de Investimentos – Wilson Kirschner Amarante

SUMÁRIO

DESTAQUES 2016.....	06
INSTITUCIONAL.....	08
GOVERNANÇA.....	09
GESTÃO DE SAÚDE.....	18
GESTÃO PREVIDENCIAL.....	22
SITUAÇÃO ATUARIAL.....	26
GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	36
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	48
NOTAS EXPLICATIVAS.....	62
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	99
PARECER ATUARIAL PLANO I.....	105
PARECER ATUARIAL PLANO II.....	115
PARECERES DELIBERATIVO E FISCAL.....	125

DESTAQUES 2016





DESTAQUES 2016

INSTITUCIONAL

GARANTIR O FUTURO DE MILHARES DE TRABALHADORES

Essa determinação fez nascer, em 1993, o Metrus - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos trabalhadores da Cia. do Metropolitano de São Paulo - Metrô. Constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, teve uma evolução histórica marcada pelo profissionalismo, transparência e determinação para garantir o compromisso assumido com milhares de participantes.

De acordo com pesquisas, os benefícios administrados pelo Metrus são considerados pelos metroviários os mais importantes oferecidos pela Patrocinadora. Tais benefícios constituem-se também, em fator de fixação de mão de obra, por abrangerem a área previdenciária (suplementação dos valores assegurados pela Previdência Oficial), além de promoverem o bem-estar social de seus participantes, na administração dos planos médicos, hospitalares e odontológicos, em forma de autogestão, sem fins lucrativos, para todos os participantes e respectivos familiares.

A administração do Metrus está sob responsabilidade dos membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, com a supervisão do Conselho Fiscal (Conselhos constituídos paritariamente entre indicados pela Patrocinadora e eleitos pelos participantes).

MISSÃO

Proporcionar aos participantes renda complementar de aposentadoria, assistência à saúde e outros benefícios do mercado de seguridade social, com padrões elevados de qualidade e custos compatíveis.

VISÃO

Ser a melhor entidade de prestação de serviços de previdência complementar fechada e autogestão em saúde do seu mercado, ultrapassando as expectativas dos participantes e prestadores de serviço, oferecendo produtos, serviços apropriados e de alta qualidade, rentabilidade equilibrada, com uma estrutura organizacional moderna.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A gestão do Metrus está fundamentada nos princípios de ética, responsabilidade e comprometimento, necessários para garantir a viabilidade econômico-financeira do Instituto e proteger os interesses dos participantes. O modelo de gestão compartilhada, com representantes das patrocinadoras e dos participantes no colegiado, incentiva a atuação de todos.

No topo da estrutura organizacional, o Conselho Deliberativo é responsável pela definição das políticas e do direcionamento estratégico, orientando e supervisionando as atividades do Instituto.

Ao Conselho Fiscal cabe zelar pela gestão administrativa e econômico-financeira. É o órgão fiscalizador, que examina os balanços patrimoniais, as demonstrações contábeis, os investimentos e relatórios, além de acompanhar as boas práticas de governança, como controles internos e gerenciamento de riscos.

Já o Comitê de Gestão do Metrus Saúde é o órgão de assessoramento da Diretoria Executiva para o acompanhamento técnico-financeiro dos planos assistenciais, visando sempre proporcionar um bom atendimento e garantir a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários.

Em 2016, 100% dos gestores e conselheiros obtiveram a certificação do ICSS - Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social, que atesta a qualidade, capacidade e conhecimento dos profissionais à frente do Metrus, fortalecendo o Instituto em meio a um mercado que está em constante evolução.

A cultura dos controles internos também foi disseminada, com a realização do 1º Ciclo de Autoavaliação da Gestão de Riscos. O resultado foi a apresentação de planos de ação, desenvolvidos por todas as áreas, visando a melhoria dos processos e evitando desvios de diretrizes.



ESTATUTO

Em continuidade ao procedimento de aprovação do novo Estatuto, o Metrus recebeu, durante o exercício de 2016, as exigências da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, para aprovação da proposta.

O Instituto fez todas as adequações necessárias, disponibilizou quadro comparativo e texto consolidado com as alterações em destaque, no site, para conhecimento de todos os participantes, e enviou a nova minuta para aprovação, atendendo aos procedimentos dispostos na regulamentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O documento contempla a abertura da Entidade ao multipatrocínio, possibilitando a adesão de novos instituidores, ou seja, permite a negociação com empresas como sindicatos e associações, criando novos Planos de Previdência.

As mudanças também possibilitam o aprimoramento da gestão do Metrus, aperfeiçoando os níveis e mecanismos da governança corporativa e contribuindo para um melhor desempenho e direcionamento estratégico do Instituto.



GESTÃO DE PESSOAS

O Metrus encerrou o exercício com 127 colaboradores. Ao final do ano, o quadro de pessoal contava com 48,03% dos empregados com idade inferior a 35 anos e a população feminina representava 61,41% do total de contratados. No desenvolvimento de ações voltadas para responsabilidade social, o Programa de Aprendizagem, realizado em parceria com uma organização não governamental (ONG), contou, durante o ano, com três aprendizes que realizam atividades na área administrativa.

Com as oportunidades de estágio, o Metrus contou com a colaboração de três estagiários, que atuam nas áreas: jurídica, auditoria e investimentos.

Durante o ano, as ações voltadas para o desenvolvimento e capacitação dos colaboradores e conselheiros possibilitaram treinamentos técnicos e corporativos. No total, o Metrus investiu R\$190 mil em cursos, congressos, seminários e eventos ligados às diversas áreas de atuação do Instituto, promovendo conhecimento, experiência e contribuindo para um atendimento cada vez mais especializado.

O Programa de Incentivo à Qualificação Profissional, que oferece subsídio entre 45% e 60% em mensalidades aos colaboradores que possuem, no mínimo, um ano de vínculo empregatício, investiu, em 2016, cerca de R\$ 40 mil e beneficiou 11 colaboradores. A demanda de cursos é relacionada com o negócio do Instituto, promovendo aprimoramento técnico e elevando a qualidade dos serviços prestados.



CENTRAL DE RELACIONAMENTO

Com a finalidade de oferecer um atendimento de qualidade, o Metrus está sempre buscando aperfeiçoar os canais de comunicação com os participantes, que têm à disposição a Central de Relacionamento (0800 16 05 98), o atendimento presencial na sede do Instituto, formulário de contato via site, além dos Postos Avançados de Relacionamento, localizados nas dependências da Patrocinadora.

Atendimento	Quantidade
Telefônico	92.936
Presencial	8.378
Eletrônico	22.397
Total	123.711

CADA VEZ MAIS PRÓXIMO DOS PARTICIPANTES

Para proporcionar aos metroviários ativos as mesmas facilidades de atendimento oferecidas na sede do Instituto, sem a necessidade de sair do Metrô, em 2016, o Metrus inaugurou três Postos Avançados de Relacionamento, localizados no Edifício Cidade II, no Pátio Jabaquara - PAT e no Pátio Itaquera - PIT, possibilitando atendimento de 1.079 participantes, durante o exercício, que puderam esclarecer dúvidas sobre previdência e saúde, fazer o requerimento de benefícios, simulação e solicitação de empréstimos e outros serviços. O sucesso da implantação dos Postos Avançados impulsionou o planejamento para a viabilização de mais duas unidades em 2017.





POSTOS AVANÇADOS DE RELACIONAMENTO

EDIFÍCIO CIDADE II

Rua Boa Vista, 175 Bloco B - 3º andar
segunda-feira, das 8h às 17h

PÁTIO ITAQUERA - PIT

Av. Miguel Ignácio Curi, 900 - Itaquera
Bloco B1 - Mezanino - sala 9
quarta-feira, das 8h às 17h

PÁTIO JABAQUARA - PAT

Av. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 134
Jabaquara Bloco A - Mezanino
sexta-feira, das 8h às 17h

OUVIDORIA

Para auxiliar na solução de situações, que não puderam ser sanadas via Central de Relacionamento, o Instituto disponibiliza aos participantes a Ouvidoria, com atendimento via formulário no site, e-mail e carta.

Todo contato feito gera um número de protocolo para controle e acompanhamento do participante. As solicitações são atendidas em prazos menores do que as exigências legais, que são de sete dias e, em casos excepcionais, até 30 dias.

Manifestações	Quantidade
Reclamação	127
Elogio	5
Consulta	43
Sugestão	6
Total	181



11ª FESTA da PRIMAVERA

O ENCONTRO DE GERAÇÕES DA GRANDE FAMÍLIA METROVIÁRIA PROPORCIONA A TROCA DE EXPERIÊNCIAS E MELHORA A QUALIDADE DE VIDA

É com esse objetivo que o Metrô organiza eventos: valorizar a integração e reforçar a missão do Instituto de fomentar ações que contribuem para o bem-estar social.

A 11ª edição da Festa da Primavera, realizada em outubro de 2016, contou com a participação de, aproximadamente, 3 mil pessoas e grandes atrações musicais: Capital Inicial, BSM - Banda dos Seguranças do Metrô e Gabriel Guerra.

O valor investido na realização do evento foi captado a partir de cotas de patrocínio e da venda de ingressos aos participantes, além dos recursos já previstos e aprovados em orçamento.

Os convites foram vendidos em lotes, oferecendo igual oportunidade de compra aos participantes que atuam em diferentes turnos na Patrocinadora. A procura foi muito grande e os convites disponibilizados se esgotaram, em média, 15 minutos após a abertura das vendas.





AÇÕES SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE

Promover ações que contribuam para a preservação do meio ambiente faz parte da cultura do Instituto. Em julho, o Metrus iniciou a campanha de reciclagem dos antigos orientadores de saúde, que foram enviados a uma cooperativa de coleta e reciclagem. No total, 700 kg de papel foram reciclados.

Os novos cartões Metrus Saúde, confeccionados em material reciclável, foram distribuídos a todos os beneficiários com sua validade estendida para dois anos, reduzindo o custo em, aproximadamente, R\$ 50 mil/ano.

Além de ações de promoção à sustentabilidade, o Instituto também realizou campanhas de cunho social, como o recolhimento de agasalhos para o Lar dos Idosos Vivência Feliz, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, e firmou um compromisso de voluntariado com o Instituto Lebem, arrecadando alimentos para ação social e contribuindo com a participação dos colaboradores do Metrus em evento para a comunidade assistida pelo novo parceiro.

REDUÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Por meio de ações de conscientização dos colaboradores foi possível reduzir em 34% o consumo de energia elétrica na sede do Metrus. Além disso, durante o exercício de 2016, o plano de telefonia administrativa foi migrado para a tecnologia DDR e o processo de implantação do tarifador foi iniciado, visando uma economia de até 20% para 2017.



programa **+saber**

Programa de Educação Financeira e Previdenciária

O Programa tem o objetivo de estimular a formação da poupança previdenciária, o planejamento da aposentadoria e, também, conscientizar sobre a utilização racional do dinheiro.

Dentre as ações realizadas em 2016 está a participação no programa Tempo Amigo, promovido pela Patrocinadora Metrô. O evento contou com mais de 60 participantes e seus familiares. Foram realizadas palestras sobre os Planos de Previdência e de Saúde aos pré-aposentados e foram entregues simulações de cálculo de benefício, visando a preparação dos participantes dos Planos I e II para a aposentadoria.

Além disso, o Programa + Saber premiou crianças e jovens entre 6 e 14 anos, por meio do IV Concurso de Redação e Desenho, que trouxe dois importantes temas: reciclagem e consumo consciente.

Pela arte, o Concurso buscou despertar a atenção das crianças para os assuntos que afetam diretamente a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos socialmente responsáveis.



CAMPANHA DE RECADASTRAMENTO

Para conscientizar sobre a importância de manter os dados atualizados, o Metrus promoveu, nos meses de setembro e outubro, a Campanha de Recadastramento. Com os dados em dia, o participante tem acesso às informações do Instituto, como procedimentos de saúde, situação na previdência entre outros assuntos.

Para facilitar a atualização dos dados, o Metrus disponibilizou uma nova ferramenta no site. Por meio da Área Restrita, os participantes tiveram acesso a um sistema personalizado para a atualização de cadastro, possibilitando alteração de dados, como endereço, telefone, nome e documentos pessoais do titular e dos dependentes.

A ferramenta ficou disponível aos participantes ativos. Já o Recadastramento dos participantes assistidos foi realizado via formulário, enviado por correio, já que possui valor de prova de vida, fundamental para a continuidade do recebimento dos benefícios.



NOVO REGULAMENTO EMPRÉSTIMO PESSOAL

Com o objetivo de preservar o patrimônio e gerar mais segurança e rentabilidade aos participantes, o Conselho Deliberativo do Metrus aprovou, no dia 17 de novembro de 2016, as alterações propostas pela Diretoria Executiva para o Regulamento de Empréstimo. Dentre as principais alterações estão: aumento no percentual mensal de desconto para 25% do salário de participação, possibilitando o encurtamento no prazo dos empréstimos; adequações das taxas de juros e limite de empréstimo. O novo regulamento passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017.



GESTÃO
DE SAÚDE

O Instituto encerrou 2016 com quatro planos de saúde em operação: Metrus Saúde Integral – MSI, plano de assistência médica e odontológica destinado aos participantes ativos das patrocinadoras, seus cônjuges e dependentes, com 23.005 beneficiários; Metrus Saúde Especial – MSE, plano de assistência médica destinado aos participantes assistidos, dependentes e agregados, com 1.433 beneficiários; Metrus Saúde Básico – MSB, plano de assistência médica destinado aos participantes assistidos, dependentes e agregados, com 4.043 beneficiários; e Metrus Saúde Odontológico – MSO, plano de assistência odontológica destinado aos participantes assistidos, dependentes e agregados, com 3.055 beneficiários.

Evolução das despesas totais do Metrus Saúde

O Metrus tem constatado um crescimento médio anual de 15% nas despesas de seus planos de saúde nos últimos três anos. O valor dos materiais e medicamentos especiais, que sofreu uma elevação de 33,07% (nas internações) em relação ao exercício de 2015, é o principal motivador desse aumento, agravado pela longevidade dos participantes e pelo alto número de internações, que são os maiores custos do Metrus Saúde, correspondendo, em média, a 52% de toda a despesa com assistência médica (exceto Odontologia).

Plano	2014	2015	2016
MSI	111.725.561	122.738.649	149.815.292
MSE	20.946.223	23.099.621	23.674.630
MSB	25.351.457	28.531.984	41.772.758
MSO	823.928	855.694	1.025.052
TOTAL (Metrus Saúde)	158.847.169	175.225.948	216.287.732

Em R\$(mil)

Patrimônio MSI

Para a manutenção do equilíbrio financeiro, o Regulamento do MSI prevê que os recursos oriundos das patrocinadoras devem corresponder a 84% das despesas diretas do Plano (Eventos Conhecidos ou Avisados), bem como os recursos dos participantes, a título de coparticipação dos atendimentos, devem corresponder a 16% das despesas. Objetivando a perpetuidade do modelo, os valores de tais contribuições são monitorados e reavaliados a cada três anos, ou em menor período, se necessário, mediante revisão do estudo atuarial.

Devido ao aumento significativo das despesas e o deslocamento da contribuição da Patrocinadora, correspondente a 15,30% da folha e 84% das despesas, durante os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, o Patrimônio Social do Plano sofreu impacto relevante. Em agosto de 2016, considerando a necessidade de equacionamento do déficit acumulado no período, a Patrocinadora Metrô, por meio de aditivo contratual, assumiu o compromisso de repasse de R\$ 12.029 milhões a serem pagos em 12 parcelas consecutivas a partir da data de assinatura.

O Metrus acredita que as medidas em curso e outras que poderão ser implementadas durante o exercício de 2017 permitirão atingir os resultados esperados, proporcionando a recuperação do patrimônio e otimizando o resultado econômico-financeiro do Plano.

Reservas Financeiras

Desde que foram criados, os planos têm constituído reservas destinadas à manutenção de seu equilíbrio. Outro objetivo da destinação dessas reservas é proporcionar aos participantes subsídio no valor das mensalidades do plano no momento de sua aposentadoria, isso sem que se perca a qualidade do serviço.

As reservas são constituídas conforme estabelecido nos regulamentos de cada plano e provêm de contribuições das patrocinadoras, dos participantes e beneficiários.

O total dessas reservas atingiu, em dezembro de 2016, um valor superior a R\$ 49 milhões, incluindo o Fundo de Subsídio ao Aposentado (FSA), o Fundo de Oscilação de Custos (FOC) e a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), no valor próximo a R\$ 18 milhões. De 2012 a 2016, o fundo de reserva sofreu uma queda de, praticamente, metade de seu valor. A redução das reservas está diretamente relacionada ao aumento das despesas sem o acompanhamento das receitas.

Ano	Fundo de Reserva Assistencial
2012	R\$ 98.284.933,46
2013	R\$ 89.840.282,72
2014	R\$ 87.944.351,41
2015	R\$ 68.867.436,47
2016	R\$ 49.060.193,55

programa +saúde

Promoção à saúde

Há quatro anos o Metrus desenvolve o Programa + Saúde, que reúne ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, com medidas voltadas ao controle da obesidade, do tabagismo, dos problemas da coluna, da saúde mental e das doenças crônicas. Em 2016, o Instituto promoveu uma série de encontros e debates em sua sede e nos postos de trabalho dos metroviários com o Ciclo de Palestras. Os temas foram abordados com o objetivo de orientar e incentivar o autocuidado com a saúde, a melhoria da qualidade de vida e a prevenção de riscos e doenças.

Em parceria com a Patrocinadora Metrô, o + Saúde também oferece acompanhamento aos recém-nascidos e realiza, anualmente, a campanha de vacinação contra gripe, que, em 2016, teve recorde de participação: 14 mil beneficiários imunizados.

Durante o ano, a Rede de Referência do Metrus Saúde também ganhou destaque com a ampliação de seu quadro de prestadores e a inclusão do Hospital Santa Catarina. Além disso, o Instituto ainda inaugurou um novo Ambulatório, concluindo 2016 com cinco unidades de atendimento básico nos principais postos de trabalho dos participantes.

Além dessas ações, o Metrus tem desenvolvido campanhas de comunicação para divulgar os programas e serviços de saúde oferecidos pelo Plano e alertar os beneficiários sobre a importância da utilização consciente dos recursos credenciados. Por isso, intensificou as atividades da TV Metrus e consolidou o canal como uma ferramenta de compartilhamento de informações e aproximação do participante com o Instituto. Também foram implantadas medidas para impulsionar o Plantão + Saúde, um serviço de aconselhamento telefônico prestado por médicos e profissionais de saúde, por onde o beneficiário fala diretamente com o especialista de que precisa.



GESTÃO
PREVIDENCIAL

População

Historicamente, o Instituto mantém altos índices de adesão aos seus planos previdenciários. Em 2016, foram contratados pelas patrocinadoras 432 colaboradores, sendo 330 menores aprendizes e 102 profissionais admitidos com contratos por prazo indeterminado, totalizando uma adesão de 85,65% ao Plano de Benefícios II. No caso dos profissionais contratados por prazo indeterminado, a adesão foi de 100%.



* Participantes empregados de patrocinadora, autopatrocinados, em auxílio-doença, no prazo de opção e com contrato suspenso/pendência judicial.

** Aposentados e pensionistas.

Contribuições Previdenciais

Durante o exercício de 2016, a Patrocinadora Metrô contribuiu com R\$22.827.941,88 para o Plano I e os participantes com R\$ 24.117.161,56. No Plano II as contribuições das patrocinadoras chegaram a R\$23.884.821,49 e dos participantes atingiram R\$39.341.676,12.

Plano I

	Patrocinadora	Participantes
Contribuição	R\$ 22.380.310,91	R\$ 23.299.973,35
Taxa Administrativa	R\$ 447.630,97	R\$ 817.188,21
Total	R\$ 22.827.941,88	R\$ 24.117.161,56

Plano II

	Patrocinadoras	Participantes
Contribuição	R\$ 23.415.737,08	R\$ 38.824.532,48
Taxa Administrativa	R\$ 469.084,41	R\$ 517.143,64
Total	R\$ 23.884.821,49	R\$ 39.341.676,12

Anualmente, o Metrus envia aos participantes do Plano II um formulário para a alteração dos percentuais de contribuição para o exercício seguinte. No total, 2.165 participantes devolveram o formulário ao Metrus e informaram os percentuais escolhidos para 2017. Destes, 67,39% aumentaram a contribuição básica e 24,94% aumentaram a contribuição suplementar, reforçando a confiança depositada no Instituto.

Os participantes também tiveram a oportunidade de alterar o Perfil de Investimento, referente a 2016, e a maioria optou pelo Perfil Moderado, mantendo a tendência dos anos anteriores.

Perfil	2016	2017
Conservador	34,76%	33,47%
Moderado	57,81%	57,94%
Arrojado	7,44%	8,59%

Benefícios Pagos

Plano I

Benefício	Quantidade (base 12/2016)	Valor pago no ano
Aposentadoria Normal	397	R\$ 12.711.880,02
Aposentadoria Antecipada	748	R\$ 15.800.670,30
Aposentadoria por Invalidez	210	R\$ 1.737.785,95
Diferido por Desligamento	657	R\$ 13.487.752,71
Pensão por Morte	434	R\$ 6.122.479,50
Auxílio-Doença	95	R\$ 2.856.475,99
Total	2541	R\$ 52.717.044,47

Plano II

Benefício	Quantidade (base 12/2016)	Valor pago no ano
Aposentadoria Normal	39	R\$ 830.958,81
Aposentadoria Antecipada	76	R\$ 1.640.825,81
Aposentadoria por Invalidez	40	R\$ 468.688,45
Diferido por Desligamento	23	R\$ 305.187,25
Pensão por Morte	64	R\$ 877.222,10
Auxílio-Doença	99	R\$ 3.489.113,41
Benefício Proporcional	2	R\$ 14.241,96
Total	343	R\$ 7.626.237,79

Resgates Pagos e Portabilidades

(de Janeiro a Dezembro de 2016)

	Plano I		Plano II	
	Qtdade	Valor (R\$)	Qtdade	Valor (R\$)
Resgates (*)	6	555.434,91	142	3.458.129,55
Portabilidade	-	-	2	10.158,31

(*) Inclui resgates totais e parcelados decorrentes de término do vínculo empregatício e desligamento do Plano, além de resgates parciais de saldos de contas decorrentes de concessão de benefício do Plano II.

Abono Anual

Pagamento adicional realizado em dezembro aos participantes e beneficiários de pensão por morte, sempre proporcional à quantidade das prestações de benefícios recebidos durante o ano.

Plano I	Plano II
R\$ 4.506.354,50	R\$ 632.455,10

SITUAÇÃO ATUARIAL

Para medir a situação financeira dos planos de previdência, anualmente, é realizada a avaliação atuarial, que determina o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais no final de cada exercício, bem como as contribuições necessárias para garantir a liquidez financeira para pagamento dos benefícios previstos no Regulamento ao longo dos anos.

As hipóteses atuariais, premissas e regimes financeiros resultam de estudos específicos de aderência e foram estabelecidos em comum acordo com a Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal do Metrus, juntamente com a Patrocinadora e a GAMA consultores associados. Os Pareceres Atuariais dos Planos I e II podem ser conferidos na íntegra no site do Instituto.

PLANO I

Oferece benefícios previdenciários de aposentadorias, pensões e auxílios, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD). Está fechado a novas adesões de participantes desde 01/08/1999.

Evolução dos Custos

O custo calculado na Avaliação Atuarial de 2016 foi superior ao custo do exercício anterior, sendo, portanto, necessária a alteração do custeio vigente.

	2015	2016
Benefícios Previdenciais	5,096%	4,765%
Equacionamento de déficit de exercícios anteriores	11,460%	12,182%
Equacionamento do déficit do exercício de 2015	-	1,430%
Total do Plano	16,556%	18,377%

Provisões Matemáticas

Benefícios Concedidos – O aumento, em relação ao exercício anterior, decorreu, principalmente, do reajuste dos benefícios e das novas concessões.

	2015	2016
Benefícios programados	R\$487.877.104,43	R\$531.215.658,03
Benefícios não programados	R\$92.078.839,66	R\$104.084.603,14
Total	R\$579.955.944,09	R\$635.300.261,17

Benefícios a Conceder - O reajuste de salários e a evolução natural das provisões a conceder motivada pela maior proximidade da aposentadoria foram as principais causas do aumento, em relação ao ano de 2015.

Benefícios programados e não programados são estruturados na modalidade de benefício definido. Já os Benefícios de Pensão por Morte de Ativo e Auxílio-Doença do Plano não possuem constituição de Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, devido aos regimes financeiros adotados.

	2015	2016
Benefícios programados	R\$662.980.299,93	R\$671.528.053,02
Benefícios não programados	R\$6.675.137,89	R\$6.169.516,40
Total	R\$669.655.437,82	R\$677.697.569,42

Provisões a Constituir – O aumento, em relação a 2015, está relacionado com os déficits equacionados nos exercícios anteriores, bem como, ao déficit equacionado de 2015.

	2015	2016
Déficit Equacionado	R\$97.744.590,06	R\$120.497.701,21
Total	R\$97.744.590,06	R\$120.497.701,21

No encerramento do exercício de 2016, o Plano apresentou um déficit técnico atuarial de R\$ 71.070.469,88 e considerando o ajuste de precificação no valor de R\$ 18.830.703,72, o equilíbrio técnico ajustado passou a ser de R\$ 52.239.766,16 deficitário. De acordo com a Resolução CNPC N° 22, de 03 de novembro de 2015, não haverá necessidade de elaboração de um novo Plano de Equacionamento de Déficit de 2016, uma vez que o equilíbrio técnico ajustado deficitário encontra-se dentro do limite de solvência permitido.

Plano de equacionamento de déficit de 2015

O Conselho Deliberativo do Metrô aprovou, em 15 de dezembro de 2016, o Plano de Equacionamento de Déficit de 2015 do Plano de Benefícios I, em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Esse plano prevê que a patrocinadora, os participantes ativos, os assistidos e os que estão aguardando o início do recebimento do benefício (BPD) realizem contribuição extraordinária para equacionamento do déficit.

Hipóteses Atuariais

Demográficas

Hipóteses e Premissas Atuariais	2015	2016
Informações e dados dos Participantes e Assistidos	Levantamento cadastral individual na data da avaliação	Levantamento cadastral individual na data da avaliação
Rotatividade	Experiência GAMA PI 2003 – 2012	Experiência GAMA PI 2003 – 2012
Hipótese de Custo de Pensão (Hx)	Não adotada hipótese: Família Real (para os Participantes, calcula-se uma média da diferença de idade entre cônjuges, assim como o percentual de casados)	Não adotada hipótese: Família Real (para os Participantes, calcula-se uma média da diferença de idade entre cônjuges, assim como o percentual de casados)

Econômicas e Financeiras

Hipóteses e Premissas Atuariais	2015	2016
Taxa de Juros Técnico Atuarial	5,70% a.a.	5,70% a.a.
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	0,56% a.a.	0,56% a.a.
Fator de Capacidade	0,9779	0,9781

Hipóteses Biométricas

Hipóteses e Premissas Atuariais	2015	2016
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT - 83 M&F	AT - 83 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010 M&F	IBGE 2010 M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS

Demonstração das Obrigações Atuariais

Descrição	31/12/2015 (Em R\$ mil)	31/12/2016 (Em R\$ mil)	Variação(%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.012.967	1.121.430	10,71
1. Provisões Matemáticas	1.151.867	1.192.500	3,53
1.1. Benefícios Concedidos	579.956	635.300	9,54
Benefício Definido	579.956	635.300	9,54
1.2. Benefício a Conceder	669.655	677.697	1,20
Benefício Definido	669.655	677.697	1,20
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(97.744)	(120.497)	23,28
(-) Déficit equacionado	(97.744)	(120.497)	23,28
(-) Patrocinador(es)	(48.872)	(60.248)	23,28
(-) Participantes	(48.872)	(50.454)	3,24
(-) Assistidos	0	(9.795)	100
2. Equilíbrio Técnico	(138.900)	(71.070)	(48,83)
2.1. Resultados Realizados	(138.900)	(71.070)	(48,83)
(-) Déficit técnico acumulado	(138.900)	(71.070)	(48,83)

PLANO II

Criado em 1999, o Plano II enquadra-se na modalidade de Contribuição Variável. Isto significa que os seus benefícios apresentam características de Contribuição Definida e Benefício Definido. Neste plano é possível escolher a forma de recebimento entre benefício vitalício e prazo determinado. Além de receber por percentual de saldo de conta, modalidade de recebimento, que passou a ser possível após a grande conquista dos participantes: a aprovação do novo Regulamento.

Aprovação do Regulamento do Plano II

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria nº 369, de 15 de agosto de 2016 e publicada no Diário Oficial da União em 16 de agosto de 2016 aprovou o novo regulamento do Plano II. As principais alterações foram: inclusão de mais uma forma de percepção de renda mensal - percentual do saldo de conta, adequação para prever a forma de recebimento por prazo determinado ou por percentual do saldo o valor correspondente ao resgate de contribuições pelos herdeiros e inclusão para disciplinar os Perfis de Investimentos oferecidos pelo Metrus.

Superávit

No encerramento do exercício de 2016, o Plano apresentou superávit técnico atuarial de R\$ 4.859.442,76. Conforme determina a legislação, considerando o ajuste de precificação no valor de R\$ 27.195.939,74, o equilíbrio técnico ajustado passou a ser de R\$ 32.055.382,50 superavitário.

Evolução dos Custos

O custo calculado na Avaliação Atuarial de 2016 teve uma redução de 0,011 ponto percentual no custo do Plano, em relação ao custo do exercício anterior, sendo possível a manutenção do custeio vigente.

	2015	2016
Benefícios Previdenciais	9,889%	9,881%
Equacionamento de déficit do exercício anterior e de serviço passado	0,153%	0,150%
Total do Plano	10,042%	10,031%

Provisões Matemáticas

Benefícios Concedidos – O aumento, em relação ao exercício anterior, decorreu do reajuste e concessão de benefícios.

	2015	2016
Benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD)	R\$3.963.961,97	R\$4.893.871,63
Benefícios programados (BD)	R\$22.907.954,54	R\$29.564.621,48
Benefícios não programados (BD)	R\$19.248.179,03	R\$24.015.023,05
Total	R\$46.120.095,54	R\$58.473.516,16

Benefícios a Conceder - As principais causas do aumento, em relação ao ano de 2015 foram resultantes do aumento das contribuições ao plano pelos participantes, além da elevação dos saldos de conta, motivada pela entrada de novas contribuições e do retorno dos investimentos.

	2015	2016
SalDOS de contas dos Participantes	R\$406.605.264,76	R\$495.266.346,26
SalDOS de contas da Patrocinadora	R\$167.323.647,77	R\$209.248.589,12
Benefícios programados	R\$40.709.627,15	R\$43.482.641,06
Benefícios não programados	R\$20.525.203,58	R\$19.877.748,90
Total	R\$635.163.743,26	R\$767.875.325,34

Provisões a Constituir – A redução, em relação a 2015, está relacionada com a amortização dos saldos remanescentes pelas contribuições de participantes e patrocinadoras.

	2015	2016
Serviço Passado	R\$ 656.857,47	R\$ 466.994,92
Déficit Equacionado	R\$ 4.306.909,64	R\$ 4.091.608,17
Total	R\$4.963.767,11	R\$4.558.603,09

Hipóteses Atuariais

Demográficas

Hipóteses e Premissas Atuariais	2015	2016
Informações e dados dos Participantes e Assistidos	Levantamento cadastral individual na data da avaliação	Levantamento cadastral individual na data da avaliação
Rotatividade	Experiência GAMA PII 2003 – 2012	Experiência GAMA PII 2003 – 2012
Hipótese de Custo de Pensão (Hx)	Não adotada hipótese: Família Real (para os Participantes, calcula-se uma média da diferença de idade entre cônjuges, assim como o percentual de casados)	Não adotada hipótese: Família Real (para os Participantes, calcula-se uma média da diferença de idade entre cônjuges, assim como o percentual de casados)

Econômicas e Financeiras

Hipóteses e Premissas Atuariais	2015	2016
Taxa de Juros Técnico Actuarial	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	0,84% a.a. Metrô e 1% a.a. Metrús	0,84% a.a. Metrô e 1% a.a. Metrús
Fator de Capacidade	0,9778	0,9781

Hipóteses Biométricas

Hipóteses e Premissas Atuariais	2015	2016
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT - 2000 M&F	AT - 2000 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010 M&F	IBGE 2010 M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS

Demonstração das Obrigações Atuariais

Descrição	31/12/2015 (Em R\$ mil)	31/12/2016 (Em R\$ mil)	Variação(%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	669.109	826.649	23,54
1. Provisões Matemáticas	676.321	821.790	21,51
1.1. Benefícios Concedidos	46.120	58.474	26,79
Contribuição Definida	3.964	4.894	23,46
Benefício Definido	42.156	53.580	27,10
1.2. Benefício a Conceder	635.164	767.875	20,89
Contribuição Definida	573.929	704.515	22,75
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	167.324	209.249	25,06
Saldo de Contas - Parcela Participantes	406.605	495.266	21,81
Benefício Definido	61.235	63.360	3,47
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(4.963)	(4.559)	(8,14)
(-) Serviço passado	(657)	(467)	(28,92)
(-) Patrocinador(es)	(657)	(467)	(28,92)
(-) Déficit equacionado	(4.307)	(4.092)	(4,99)
(-) Patrocinador(es)	(2.153)	(2.046)	(4,97)
(-) Participantes	(2.154)	(2.046)	(5,01)
2. Equilíbrio Técnico	(7.212)	4.859	(167,37)
2.1. Resultados Realizados	(7.212)	4.859	(167,37)
Reserva de Contingência	0	4.859	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	(7.212)	0	(100,00)



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O exercício de 2016 foi marcado por um grande salto de qualidade na gestão de investimentos, transformando em atos e procedimentos o que o mercado considera como melhores práticas de governança corporativa.

Por meio de um controle rigoroso do processo de deliberação e de acompanhamento dos investimentos, contando, inclusive, com a assessoria de consultores especializados, o Metrus focou sua atuação no saneamento de antigos problemas em sua carteira de ativos. Isso permitiu o início de um novo ciclo, em que são priorizadas a excelência técnica e a transparência.

Para operacionalizar esse modelo, o Metrus reformulou o seu Comitê de Investimentos. Atualmente, nele estão concentrados todos os procedimentos estratégicos e de rotina na gestão de ativos, em um ambiente que fomenta a ampla discussão dos colaboradores, com a opinião de suas áreas técnicas de investimento, controle de riscos e jurídica.

Antecipando-se a uma tendência no segmento da Previdência Complementar Fechada, o Metrus instituiu, antes de qualquer operação, a necessidade de realizar procedimentos de checagem das propostas e de atestado de conformidade com as normas legais e melhores práticas. Estar em compliance se tornou uma missão permanente do Instituto.

Além disso, em dezembro de 2016, outro importante documento foi concluído: a revisão da Política de Investimentos para o período de 2017 a 2021. E, com isso, o Metrus continua seu caminho de aperfeiçoamento constante da gestão de ativos, sempre amparado pelas melhores práticas. Os frutos serão e estão sendo colhidos a cada novo passo.

Patrimônio Líquido Total

Em 2016, o Instituto registrou R\$ 2.028.620.808,62 de Patrimônio Líquido Total, que é composto pelos Planos de Benefícios I - BD e II - CV de Previdência Suplementar, Plano de Gestão Administrativa – PGA, Fundos de Investimentos e o Plano Assistencial (que não contempla o valor da PEONA - Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados).

Composição do Patrimônio	Valor
Plano I	R\$ 1.122.041.665,59
Plano II	R\$ 841.617.968,81
Plano de Gestão Administrativa – PGA	R\$ 33.857.959,88
Plano Assistencial	R\$ 31.103.214,34
Total	R\$ 2.028.620.808,62

Meta atuarial - Índices de Referência

Meta atuarial é a rentabilidade mínima que os investimentos devem apresentar para o cumprimento dos seus compromissos futuros, garantindo o plano de pagamento dos benefícios a todos os participantes.

Plano I	INPC +5,70% ao ano
Plano II	INPC +5,00% ao ano
Plano de Gestão Administrativa – PGA	100% CDI
Plano Assistencial	100% CDI

Rentabilidade por segmento

A gestão dos investimentos do Instituto gerou resultados positivos no ano de 2016, que encerrou o exercício com uma rentabilidade consolidada de 13,55%. Um dos destaques no período é a rentabilidade alcançada pelo segmento de Renda Variável, que superou, com grande margem, seu benchmark (IBR-X), tanto no Plano I quanto no Plano II. Para os Planos Administrativo e Assistencial, a alocação em Renda Variável foi liquidada ao longo do ano e no Plano I foi reduzida de forma expressiva.

O segmento de Renda Fixa, que carrega o maior volume de recursos alocados em estratégias diversificadas, incluindo as aplicações em Empréstimo Pessoal, também apresentou bons resultados, superando a meta atuarial.

Os Investimentos no Exterior e Estruturados não atingiram a meta atuarial. Especialmente para o segmento Investimento no Exterior, o principal fator que prejudicou a rentabilidade foi a valorização do Real frente ao Dólar Americano, sobretudo no primeiro semestre do ano.

Analisando a rentabilidade no segmento de Imóveis observamos retornos distintos, em decorrência da avaliação dos imóveis que compõem as carteiras: no Plano I, ficou abaixo da meta atuarial com a reavaliação do imóvel Condomínio Panamby, no Plano II, superou a meta com a reavaliação do Shopping Metrô Itaquera.

Segmento	Acumulado do ano (%)			
	Plano I	Plano II	Plano de Gestão Administrativa	Plano de Assistência à Saúde
Renda Fixa	13,26	13,53	14,31	13,44
Renda Variável	39,27	35,87	28,23	-9,45
Investimentos Estruturados	-7,06	6,05	-	-
Investimentos no Exterior	-17,40	-17,38	-	-
Imóveis	6,63	14,62	-	-
Empréstimo Pessoal	15,19	14,39	-	-
Total	12,64	15,53	15,58	12,68

Rentabilidade dos perfis de investimento – Plano II

Perfis	Cota Dez/15 (R\$)	Cota Dez/16 (R\$)	Rentabilidade no Ano %
Conservador	7,522273	8,57606745	14,01
Moderado	6,8888396	7,97648093	15,79
Arrojado	6,257739	7,43916312	18,88
Conservador 1	7,4501901	8,52182351	14,38
Conservador 2	7,4971092	8,58298576	14,48
Conservador 3	7,522273	8,57606745	14,01



Alocação de Recursos

Os recursos garantidores dos planos de benefícios do Instituto estiveram investidos nos seguintes segmentos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis, Investimentos no Exterior e Empréstimos aos participantes.

Renda Fixa	72,65%
Renda Variável	5,77%
Investimentos Estruturados	8,10%
Investimentos no exterior	1,88%
Imóveis	5,31%
Empréstimo Pessoal	6,29%

Renda Fixa

A maior parcela da carteira de renda fixa é aplicada em títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, com a finalidade de minimizar os riscos. O ambiente econômico de 2016, que contou com a inflação retornando a níveis mais baixos, sinalização de reformas estruturais, Banco Central mais duro no combate à inflação, valorização do Real frente ao Dólar e queda das taxas de juros de longo prazo, possibilitou uma melhor rentabilidade desse segmento.

Renda Variável

As aplicações neste segmento estão diversificadas por meio de ações do mercado à vista de alta liquidez que compõem a carteira gerida internamente e por Fundos de Ações com mandatos diversificados. O objetivo é diversificar e buscar melhor retorno no longo prazo. No ano de 2016, após alguns anos de fraco desempenho, esse segmento passou por uma forte valorização, principalmente impactado pela mudança de perspectivas futuras sobre a economia brasileira.

Investimentos no exterior

Com o objetivo de diversificar o risco e buscar as oportunidades oferecidas no mercado global, o Instituto investe fora do país, por meio de gestores de investimentos com expertise de mercado. Diferentemente dos anos anteriores, esse investimento não obteve boa performance em 2016, principalmente devido à valorização do Real frente às outras moedas. Porém, no longo prazo, esse tipo de investimento continua a apresentar taxas de retorno atrativas.

Investimentos Estruturados

A carteira de investimento desse segmento é composta por FIPs e FIs. Os FIPs são investimentos em Fundos de Participação que, geralmente, compram participações em empresas para depois vendê-las por preços superiores aos inicialmente comprometidos, têm características de longo prazo e maior risco. Já os FIs são fundos que investem em imóveis e recebem receita mensal de locação. Esse tipo de investimento tem por objetivo obter altas taxas de retorno. Em 2016, a maioria dos FIs foi impactada positivamente, motivada pela migração de investidores de Renda Fixa devido à queda da taxa de juros.

Imóveis

São investimentos em participações diretas em empreendimentos, preponderantemente em shopping centers. O Plano I possui em sua carteira o Shopping Center Plaza Sul, Shopping Metrô Boulevard Tatuapé e o Condomínio Panamby, representando 7,68% de alocação. O Plano II tem o Shopping Metrô Itaquera, que representa 2,22% de alocação.

Empréstimos

Esse investimento tem como objetivo proporcionar retornos para os planos de benefícios e, ao mesmo tempo, prover aos participantes uma solução para os problemas financeiros. Alcançou, em 2016, a marca de R\$ 124.495.250,95.

Limites de Alocação

Estabelecidos para aplicação nas diversas modalidades de investimento, de forma a mitigar a exposição ao risco da carteira de investimento sob a gestão do Instituto. Com base no estudo de ALM (sigla em inglês para *Asset Liability Management*) foram estabelecidas as macroalocações respectivas:

Plano de Benefícios I

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	70,65%	50,00%	90,40%
Renda Variável	70%	7,48%	0,00%	15,00%
Investimentos Estruturados	20%	9,24%	1,00%	18,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,70%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	8,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	3,93%	2,00%	15,00%

Plano de Benefícios II

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	58,63%	30,00%	100,00%
Renda Variável	70%	19,16%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	7,95%	0,00%	17,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,97%	0,00%	6,00%
Imóveis	8%	2,64%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15%	10,65%	0,00%	15,00%

Plano de Saúde

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100,00%	94,00%	100,00%
Renda Variável	30%	0,00%	0,00%	6,00%

Alocação de Ativos – Ativo Garantidores das Provisões Técnicas

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	30%	0,00%	0,00%	0,00%

Plano de Gestão Administrativa

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100,00%	92,00%	100,00%
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	8,00%



Perfis de Investimentos

Os participantes do Plano II podem escolher o perfil de investimento que mais lhe é adequado, podendo ser alterado uma vez por ano. Os participantes assistidos também optam por perfis, que variam de 0% a 15% de alocação em Renda Variável. Confira os percentuais de acordo com cada perfil:

Perfil	Renda Variável	Renda Fixa + Investimentos Estruturados + Investimentos no Exterior + Imóveis + Empréstimo Pessoal
Conservador	15%	85%
Moderado	25%	75%
Arrojado	35%	65%

Participantes Assistidos

Perfil	Renda Variável	Renda Fixa + Investimentos Estruturados + Investimentos no Exterior + Imóveis + Empréstimo Pessoal
Conservador 1	0%	100%
Conservador 2	10%	90%
Conservador 3	15%	85%

Gestão dos Recursos

O Instituto utiliza a forma mista de gestão. Os investimentos em imóveis e empréstimo pessoal são administrados internamente. Os gestores externos são avaliados e acompanhados de acordo com os critérios estabelecidos no manual de investimentos.

Critérios de Contratação

Os gestores externos são contratados mediante processo de seleção, que considera critérios qualitativos (histórico da empresa e dos controladores, capacitação técnica, práticas de gestão e estrutura de suporte e de controle) e quantitativos (rentabilidade histórica auferida, riscos incorridos, custos, total de recursos administrados etc.).

Gestão e Controle de Riscos

A gestão e o controle de riscos contemplam o gerenciamento dos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, legal, risco da exposição em derivativos, operacional e sistêmico. Os riscos de mercado são controlados por meio da definição do valor em risco (VaR) das carteiras e procedimentos para o seu acompanhamento. Para os ativos de Renda Variável, o risco de mercado é controlado pelo B-VaR (Benchmark VaR).

Custos dos Investimentos

Os custos com a gestão dos recursos incluem despesas com pessoal, serviços de terceiros (assessoria e consultoria específica de investimentos), taxa de administração de carteiras e despesas administrativas.

As despesas com taxa de administração, corretagem, taxa Selic, Cetip e CVM dos fundos de investimentos são debitadas diretamente nas respectivas carteiras e são contabilizadas pelo líquido. O custo total com a administração dos investimentos do exercício de 2016 foi de R\$11.533 mil, conforme demonstrado nas notas explicativas do balanço.

Índices	2015	2016
$\frac{\text{Despesas Adm. Investimentos}}{\text{Ativo Total - (ii)}}$	0,56%	0,56%
$\frac{\text{Custeio Administrativo - (i)}}{\text{Ativo Total - (ii)}}$	0,70%	0,64%

(i) Taxa de Administração: Índice de 1%, adotado no Regulamento do PGA como limitador anual de recursos destinados pelo conjunto de planos de benefícios para o plano de gestão administrativa.

(ii) Valor descontado o Ativo da Gestão Assistencial.

Despesas administrativas - Plano I

Em R\$(mil)	
Despesas Administrativas	2016
Previdencial	2.093
Pessoal e Encargos	1.252
Serviços de Terceiros	180
Despesas Gerais	541
Tributos - Tatic	120
Investimentos	7.050
Pessoal e Encargos	3.771
Serviços de Terceiros	1.397
Consultoria de Investimentos	315
Consultoria Jurídica	511
Recursos Humanos	77
Informática	133
Gestão Planejamento Estratégico	27
Taxa de custodiante	300
Outras	34
Despesas Gerais	1.603
Tributos	279
Sub-Total	9.143
Despesas com Corretagens - (1)	26
Taxa de Administração de Fundos Investimentos - (2)	2.368
Gestão de Terceiros - (2)	277
Taxa de Performance -(2)	435
Outras Taxas (Auditoria, Selic, Cetip, Custódia) -(2)	941
Total	13.190
(1) - Despesas embutidas no custo médio das ações negociadas	
(2) - Despesas descontadas das cotas dos Fundos de Investimentos / Carteiras	

Despesas administrativas - Plano II

Em R\$(mil)

Despesas Administrativas		2016
Previdencial		1.407
Pessoal e Encargos		839
Serviços de Terceiros		121
Despesas Gerais		386
Tributos		61
Investimentos		4.483
Pessoal e Encargos		2.528
Serviços de Terceiros		734
Consultoria de Investimentos		220
Consultoria Jurídica		123
Recursos Humanos		52
Informática		88
Gestão Planejamento Estratégico		27
Taxa de custodiante		210
Outras		14
Despesas Gerais		1.055
Tributos		166
Sub-Total		5.890
Despesas com Corretagens - (1)		62
Taxa de Administração de Fundos Investimentos - (2)		2.187
Gestão de Terceiros - (2)		235
Taxa de Performance -(2)		499
Outras Taxas (Auditoria, Selic, Cetip, Custódia) -(2)		2.984
Total		11.857
(1) - Despesas embutidas no custo médio das ações negociadas		
(2) - Despesas descontadas das cotas dos Fundos de Investimentos / Carteiras		



The background features a blurred financial spreadsheet with various numerical values. A semi-transparent dark blue bar chart is overlaid in the bottom right corner, showing three bars of increasing height. The chart's x-axis has labels '10' and '11', and the y-axis has labels '32', '31,4', and '31'.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao final de cada exercício, o Instituto elabora as Demonstrações Contábeis, em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O objetivo é apresentar, de maneira estruturada, a posição patrimonial e financeira do Instituto. As informações estão dispostas de forma comparativa com exercício anterior, para que seja possível observar as variações ocorridas.

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
Disponível		1.552	4.527
Realizável	4	2.050.354	1.780.759
Gestão Previdencial	4.1	9.388	8.658
Gestão Administrativa	4.2	16.212	17.061
Investimentos	4.3	2.024.754	1.755.040
Títulos Públicos		1.061.952	758.632
Créditos Privados e Depósitos		298.852	278.754
Ações		80.849	89.848
Fundos de Investimento		351.580	409.321
Investimentos Imobiliários	4.3.4	105.227	104.814
Empréstimos	4.3.5	125.162	112.538
Depósitos Judiciais / Recursais		743	743
Outros Realizáveis		389	390
Permanente	5	10.272	12.326
Imobilizado		9.970	11.953
Intangível		302	373
Gestão Assistencial	11	72.077	89.572
TOTAL DO ATIVO		2.134.255	1.887.184

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

PASSIVO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
Exigível operacional	6	52.340	52.272
Gestão Previdencial	6.1	5.068	4.590
Gestão Administrativa	6.2	2.978	3.339
Investimentos	6.3	44.294	44.343
Exigível contingencial	7	12.321	13.138
Gestão Previdencial		483	367
Gestão Administrativa		11.096	12.029
Investimentos		742	742
Patrimônio Social	8	1.997.517	1.732.202
Patrimônio de Cobertura do Plano	8.2	1.948.079	1.682.075
Provisões matemáticas		2.014.290	1.828.187
Benefícios concedidos	8.2.1	693.773	626.076
Benefícios a conceder	8.2.2	1.445.573	1.304.819
(-) Provisões matemáticas a constituir	8.2.3	(125.056)	(102.708)
Equilíbrio Técnico	8.2.4	(66.211)	(146.112)
Resultados Realizados		(66.211)	(146.112)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(66.211)	(146.112)
Fundos	9	49.438	50.127
Fundos Previdenciais	9.1	11.248	13.756
Fundos Administrativos	9.2	33.858	32.387
Fundos de Investimentos	9.3	4.332	3.984
Gestão Assistencial	11	72.077	89.572
TOTAL DO PASSIVO		2.134.255	1.887.184

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 15P200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 15P 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		<u>1.732.202</u>	<u>1.589.622</u>	<u>8,97</u>
1. Adições		<u>369.595</u>	<u>234.971</u>	<u>57,29</u>
(+) Contribuições Previdenciais	4.1.1	108.019	101.491	6,43
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3.6	225.041	97.727	130,28
(+) Receitas Administrativas	10.1	33.370	32.684	2,10
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.3.6	2.817	2.253	25,03
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	9.3	348	816	(57,35)
2. Destinações		<u>(104.280)</u>	<u>(92.391)</u>	<u>12,87</u>
(-) Benefícios		(69.448)	(59.659)	16,41
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial		(116)	(283)	(59,01)
(-) Despesas Administrativas	10.2	(34.760)	(32.373)	7,37
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa		44	(76)	(157,89)
3. Acréscimo /Decréscimo do Patrimônio Social (1+2)		<u>265.315</u>	<u>142.580</u>	<u>86,08</u>
(+/-) Provisões Matemáticas	8.2	186.103	237.717	(21,71)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	8.2.4	79.901	(101.877)	(178,43)
(+/-) Fundos Previdenciais	9.1	(2.508)	3.435	(173,01)
(+/-) Fundos Administrativos	9.2	1.471	2.488	(40,88)
(+/-) Fundos dos Investimentos	9.3	348	817	(57,41)
4. Operações Transitórias		-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)		<u>1.997.517</u>	<u>1.732.202</u>	<u>15,32</u>
(+/-) 5. Gestão Assistencial	11	<u>(22.360)</u>	<u>(17.571)</u>	<u>27,26</u>
(+) Receitas		217.276	224.861	(3,37)
(-) Despesas Assistenciais		(239.636)	(242.432)	(1,15)

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	<u>1.012.967</u>	<u>954.284</u>	<u>6,15</u>
1. Adições	<u>167.648</u>	<u>110.335</u>	<u>51,94</u>
(+) Contribuições	47.098	45.778	2,88
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	120.550	64.557	86,73
2. Destinações	<u>(59.185)</u>	<u>(51.652)</u>	<u>14,58</u>
(-) Benefícios	(57.703)	(50.063)	15,26
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(115)	(283)	(59,36)
(-) Custeio Administrativo	(1.367)	(1.306)	4,67
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>108.463</u>	<u>58.683</u>	<u>84,83</u>
(+/-) Provisões Matemáticas	40.634	161.553	(74,85)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	67.829	(102.870)	(165,94)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>1.121.430</u>	<u>1.012.967</u>	<u>10,71</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>22.064</u>	<u>21.439</u>	<u>2,92</u>
(+/-) Fundos Administrativos	21.452	20.735	3,46
(+/-) Fundos dos Investimentos	612	704	(13,07)

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
Diretor Presidente
CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
Diretor de Previdência
CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
Coordenadora de Controladoria
CPF: 272.252.128-85
CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício	<u>682.864</u>	<u>602.272</u>	<u>13,38</u>
1. Adições	<u>167.855</u>	<u>91.167</u>	<u>84,12</u>
(+) Contribuições	63.365	57.997	9,26
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	104.490	33.170	215,01
2. Destinações	<u>(12.821)</u>	<u>(10.575)</u>	<u>21,24</u>
(-) Benefícios	(11.745)	(9.597)	22,38
(-) Custeio Administrativo	(1.076)	(978)	10,02
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>155.034</u>	<u>80.592</u>	<u>92,37</u>
(+/-) Provisões Matemáticas	145.470	76.164	91,00
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.508)	3.435	(173,01)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.072	993	1.115,71
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	<u>837.898</u>	<u>682.864</u>	<u>22,70</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>16.126</u>	<u>14.932</u>	<u>8,00</u>
(+/-) Fundos Administrativos	12.406	11.652	6,47
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.720	3.280	13,41

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
Diretor Presidente
CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
Diretor de Previdência
CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
Coordenadora de Controladoria
CPF: 272.252.128-85
CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos		<u>1.169.747</u>	<u>1.066.115</u>	<u>9,72</u>
Disponível		283	1.544	(81,67)
Recebível		25.411	24.489	3,76
Investimento	4.3	<u>1.144.053</u>	<u>1.040.082</u>	<u>10,00</u>
Títulos Públicos		632.644	454.570	39,17
Créditos Privados e Depósitos		207.070	200.073	3,50
Ações		14.773	33.876	(56,39)
Fundos de Investimentos		158.657	223.641	(29,06)
Investimentos Imobiliários	4.3.4	86.651	86.917	(0,31)
Empréstimos	4.3.5	43.590	40.337	8,06
Depósitos Judiciais / Recursais		334	334	-
Outros Realizáveis		334	334	-
2. Obrigações		<u>26.253</u>	<u>31.708</u>	<u>(17,20)</u>
Operacional	6.1 / 6.3	25.437	31.008	(17,96)
Contingencial	7	816	700	16,57
3. Fundos não Previdenciais		<u>22.064</u>	<u>21.439</u>	<u>2,92</u>
Fundos Administrativos		21.452	20.735	3,46
Fundos de Investimentos		612	704	(13,07)
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		<u>1.121.430</u>	<u>1.012.967</u>	<u>10,71</u>
Provisões Matemáticas		1.192.500	1.151.867	3,53
Superávit Técnico/Déficit Técnico	8.2.4	(71.070)	(138.900)	(48,83)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	8.2.4.1			
a) Equilíbrio Técnico	4.3.1.2	(71.070)	(138.900)	(48,83)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		18.831	11.914	58,06
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)		<u>(52.239)</u>	<u>(126.986)</u>	<u>(58,86)</u>

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCILOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV				
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos		<u>877.613</u>	<u>715.387</u>	<u>22,68</u>
Disponível		760	2.660	(71,43)
Recebível		17.834	16.556	7,72
Investimento	4.3	<u>859.019</u>	<u>696.171</u>	<u>23,39</u>
Títulos Públicos		417.107	297.926	40,00
Créditos Privados e Depósitos		85.656	70.835	20,92
Ações		66.076	54.984	20,17
Fundos de Investimentos		189.922	182.216	4,23
Investimentos Imobiliários	4.3.4	18.576	17.897	3,79
Empréstimos	4.3.5	81.572	72.202	12,98
Depósitos Judiciais / Recursais		55	55	-
Outros Realizáveis		55	56	(1,79)
2. Obrigações		<u>23.590</u>	<u>17.591</u>	<u>34,10</u>
Operacional	6.1 / 6.3	23.535	17.536	34,21
Contingencial	7	55	55	-
3. Fundos não Previdenciais		<u>16.126</u>	<u>14.932</u>	<u>8,00</u>
Fundos Administrativos		12.406	11.652	6,47
Fundos dos Investimentos		3.720	3.280	13,41
4. Resultados a Realizar				-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		<u>837.897</u>	<u>682.864</u>	<u>22,70</u>
Provisões Matemáticas		821.790	676.320	21,51
Superávit/Déficit Técnico	8.2.4	4.859	(7.212)	(167,37)
Fundos Previdenciais	9.1.1	11.248	13.756	(18,23)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	8.2.4.2			
a) Equilíbrio Técnico	4.3.1.2	4.859	(7.212)	(167,37)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		27.196	25.167	8,06
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)		<u>32.055</u>	<u>17.955</u>	<u>78,53</u>

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	<u>32.387</u>	<u>29.899</u>	<u>8,32</u>
1. Custeio da Gestão Administrativa	<u>36.187</u>	<u>34.937</u>	<u>3,58</u>
1.1. Receitas	<u>36.187</u>	<u>34.937</u>	<u>3,58</u>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.443	2.284	6,96
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.418	10.032	3,85
Taxa de Administração de Empréstimos Pessoal	296	275	7,64
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.817	2.253	25,03
Reembolso da Gestão Assistencial	19.727	19.718	0,05
Outras Receitas	486	375	29,60
2. Despesas Administrativas	<u>34.760</u>	<u>32.373</u>	<u>7,37</u>
2.1. Administração Previdencial	<u>3.500</u>	<u>2.608</u>	<u>34,20</u>
Pessoal e encargos	2.076	1.882	10,31
Treinamentos/congressos e seminários	10	6	66,67
Viagens e estadias	4	4	0,00
Serviços de Terceiros	301	310	(2,90)
Despesas gerais	841	236	256,36
Depreciações e amortizações	85	28	203,57
Tributos	183	142	28,87
2.2. Administração dos Investimentos	<u>11.533</u>	<u>10.032</u>	<u>14,96</u>
Pessoal e encargos	6.216	5.766	7,80
Treinamentos/congressos e seminários	60	39	53,85
Viagens e estadias	24	25	(4,00)
Serviços de terceiros	2.131	1.997	6,71
Despesas gerais	2.398	1.327	80,71
Depreciações e amortizações	259	178	45,51
Tributos	445	700	(36,43)
2.3. Administração Assistencial	<u>19.727</u>	<u>19.733</u>	<u>(0,03)</u>
Despesas Administrativas	19.727	19.733	(0,03)
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	<u>(44)</u>	<u>76</u>	<u>(157,89)</u>
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	<u>1.471</u>	<u>2.488</u>	<u>(40,88)</u>
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	<u>1.471</u>	<u>2.488</u>	<u>(40,88)</u>
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	<u>33.858</u>	<u>32.387</u>	<u>4,54</u>

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49/CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85/CRC 1SP223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD				
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		<u>20.735</u>	<u>19.347</u>	<u>7,17</u>
1. Custeio da Gestão Administrativa		<u>9.833</u>	<u>9.373</u>	<u>4,91</u>
1.1. Receitas	10.1	9.833	9.373	4,91
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.1.1	1.367	1.307	4,59
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.1.2	6.383	6.354	0,46
Taxa de Administração de Empréstimo Pessoal		106	101	4,95
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos		1.686	1.384	21,82
Outras Receitas		291	227	28,19
2. Despesas Administrativas	10.2	<u>9.143</u>	<u>7.939</u>	<u>15,17</u>
2.1. Administração Previdencial		<u>2.093</u>	<u>1.585</u>	<u>32,05</u>
2.1.1. Despesas Comuns		<u>1.972</u>	<u>1.494</u>	<u>31,99</u>
2.1.2. Despesas Específicas		<u>121</u>	<u>91</u>	<u>32,97</u>
Despesas gerais		1	11	(90,91)
Tributos		120	80	50,00
2.2. Administração dos Investimentos		<u>7.050</u>	<u>6.354</u>	<u>10,95</u>
2.2.1. Despesas Comuns		<u>6.071</u>	<u>5.174</u>	<u>17,34</u>
2.2.2. Despesas Específicas		<u>979</u>	<u>1.180</u>	<u>(17,03)</u>
Serviços de terceiros		651	701	(7,13)
Despesas Gerais		62	46	34,78
Tributos		266	433	(38,57)
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas		<u>(27)</u>	<u>46</u>	<u>(158,70)</u>
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos		-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)		717	1.388	(48,34)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)		717	1.388	(48,34)
8. Operações Transitórias		-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)		<u>21.452</u>	<u>20.735</u>	<u>3,46</u>

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV				
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		<u>11.652</u>	<u>10.552</u>	<u>10,42</u>
1. Custeio da Gestão Administrativa		<u>6.627</u>	<u>5.830</u>	<u>13,67</u>
1.1. Receitas	10.1	<u>6.627</u>	<u>5.830</u>	<u>13,67</u>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.1.1	1.076	978	10,02
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.1.2	4.035	3.678	9,71
Taxa de Administração de Empréstimos Pessoal		190	174	9,20
Resultado Positivo dos Investimentos		1.131	869	30,15
Outras Receitas		195	131	48,85
2. Despesas Administrativas	10.2	<u>5.890</u>	<u>4.701</u>	<u>25,29</u>
2.1. Administração Previdencial		<u>1.407</u>	<u>1.023</u>	<u>37,54</u>
2.1.1. Despesas Comuns		<u>1.322</u>	<u>939</u>	<u>40,79</u>
2.1.2. Despesas Específicas		<u>85</u>	<u>84</u>	<u>1,19</u>
Despesas gerais		25	24	4,17
Tributos		60	60	0,00
2.2. Administração dos Investimentos		<u>4.483</u>	<u>3.678</u>	<u>21,89</u>
2.2.1. Despesas Comuns		<u>4.071</u>	<u>3.251</u>	<u>25,22</u>
2.2.2. Despesas Específicas		<u>412</u>	<u>427</u>	<u>(3,51)</u>
Serviços de terceiros		233	159	46,54
Despesas Gerais		21	15	40,00
Tributos		158	253	(37,55)
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas		<u>(17)</u>	<u>29</u>	<u>(158,62)</u>
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)		<u>754</u>	<u>1.100</u>	<u>(31,45)</u>
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)		<u>754</u>	<u>1.100</u>	<u>(31,45)</u>
8. Operações Transitórias		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)		<u>12.406</u>	<u>11.652</u>	<u>6,47</u>

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS I
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	<u>1.148.295</u>	<u>1.045.379</u>	<u>9,84</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>1.192.500</u>	<u>1.151.867</u>	<u>3,53</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>635.300</u>	<u>579.956</u>	<u>9,54</u>
Benefício Definido	635.300	579.956	9,54
1.2. Benefícios a Conceder	<u>677.697</u>	<u>669.655</u>	<u>1,20</u>
Benefício Definido	677.697	669.655	1,20
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(120.497)</u>	<u>(97.744)</u>	<u>23,28</u>
(-) Déficit equacionado	<u>(120.497)</u>	<u>(97.744)</u>	<u>23,28</u>
(-) Patrocinador (es)	(60.248)	(48.872)	23,28
(-) Participantes	(50.454)	(48.872)	3,24
(-) Assistidos	(9.795)	-	100,00
2. Equilíbrio Técnico	<u>(71.070)</u>	<u>(138.900)</u>	<u>(48,83)</u>
2.1. Resultados Realizados	<u>(71.070)</u>	<u>(138.900)</u>	<u>(48,83)</u>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(71.070)	(138.900)	(48,83)
3. Fundos	<u>612</u>	<u>704</u>	<u>(13,07)</u>
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos de Investimento – Gestão Previdencial	612	704	(13,07)
4. Exigível Operacional	<u>25.437</u>	<u>31.008</u>	<u>(17,96)</u>
4.1. Gestão Previdencial	4.414	3.977	10,99
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	21.023	27.031	(22,23)
5. Exigível Contingencial	<u>816</u>	<u>700</u>	<u>16,57</u>
5.1. Gestão Previdencial	483	367	31,61
5.2. Investimentos – Gestão Previdencial	333	333	0,00

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
Diretor Presidente
CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
Diretor de Previdência
CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
Coordenadora de Controladoria
CPF: 272.252.128-85
CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS II
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	<u>865.207</u>	<u>703.735</u>	<u>22,95</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>821.790</u>	<u>676.321</u>	<u>21,51</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>58.474</u>	<u>46.120</u>	<u>26,79</u>
Contribuição Definida	4.894	3.964	23,46
Benefício Definido	53.580	42.156	27,10
1.2. Benefícios a Conceder	<u>767.875</u>	<u>635.164</u>	<u>20,89</u>
Contribuição Definida	704.515	573.929	22,75
Saldo de contas - parcela patrocinador (es)	209.249	167.324	25,06
Saldo de contas - parcelas Participantes	495.266	406.605	21,81
Benefício Definido	63.360	61.235	3,47
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(4.559)</u>	<u>(4.963)</u>	<u>(8,14)</u>
(-) Serviço passado	<u>(467)</u>	<u>(657)</u>	<u>(28,92)</u>
(-) Patrocinador (es)	<u>(467)</u>	<u>(657)</u>	<u>(28,92)</u>
(-) Déficit equacionado	<u>(4.092)</u>	<u>(4.307)</u>	<u>(4,99)</u>
(-) Patrocinador (es)	<u>(2.046)</u>	<u>(2.153)</u>	<u>(4,97)</u>
(-) Participantes	<u>(2.046)</u>	<u>(2.154)</u>	<u>(5,01)</u>
2. Equilíbrio Técnico	<u>4.859</u>	<u>(7.212)</u>	<u>(167,37)</u>
2.1. Resultados Realizados	<u>4.859</u>	<u>(7.212)</u>	<u>(167,37)</u>
Reserva de Contingência	4.859	-	100,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(7.212)	(100,00)
3. Fundos	<u>14.968</u>	<u>17.035</u>	<u>(12,13)</u>
3.1. Fundos Previdenciais	11.248	13.756	(18,23)
3.2. Fundos do Investimento – Gestão Previdencial	3.720	3.279	13,45
4. Exigível Operacional	<u>23.535</u>	<u>17.536</u>	<u>34,21</u>
4.1. Gestão Previdencial	653	612	6,70
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	22.882	16.924	35,20
5. Exigível Contingencial	<u>55</u>	<u>55</u>	<u>0,00</u>
5.1. Gestão Previdencial	-	-	-
5.2. Investimentos – Gestão Previdencial	55	55	0,00

RUBENS PIMENTEL SCAFF JUNIOR
 Diretor Presidente
 CPF: 022.755.838-31

NELSON MEDEIROS SOBRINHO
 Diretor de Previdência
 CPF: 665.370.708-30

ANTONIO CARLOS PEREIRA
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

ROSANA BUCIOLOTTI
 Coordenadora de Controladoria
 CPF: 272.252.128-85
 CRC 1SP 223847/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS
EXPLICATIVAS

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O METRUS - Instituto de Seguridade Social (“Metrus”, “Entidade” ou “Instituto”), com sede na Alameda Santos, 1.827 - 17º andar, São Paulo, é uma entidade fechada de previdência privada, de caráter complementar, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos e tem como Patrocinadora e Instituidora a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e também como Patrocinador o próprio Metrus - Instituto de Seguridade Social. A Entidade tem por objetivo administrar planos de benefícios de natureza previdenciária e promover o bem estar social dos seus participantes e respectivos dependentes, inclusive no que tange aos serviços assistenciais à saúde.

O Instituto administra dois Planos de Benefícios, o Plano de Benefícios I do tipo Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 19.930.001-19, aprovado por intermédio da Portaria nº 66, de 16 de fevereiro de 1993 do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS que passou a vigorar a partir de 01 de abril de 1993 e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 19.980.076-18, que teve seu Regulamento aprovado por intermédio do Ofício nº 931/SPC/CGOF/COJ, de 29 de dezembro 1998 e implantado com as alterações aprovadas pelo Ofício nº 586/SPC/COJ, de 23 de agosto de 1999.

<u>Plano de Benefícios</u>	<u>CNPB</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Quantidade de Participantes</u>		<u>Patrocinadora</u>
			<u>2016</u>	<u>2015</u>	
Plano I	19.930.001-19	BD	5.152	5.192	Cia do Metrô
Plano II	19.980.076-18	CV	7.429	7.188	Cia do Metrô/ Metrus
Total			12.581	12.380	

O Instituto rege-se pelas Leis Complementares n.º 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e obedece as normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas da Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

O Metrus, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege sua atividade, submete-se às disposições da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O Instituto opera em regime de autogestão Planos de Assistência à Saúde denominados “Metrus Saúde” que integram um Programa Assistencial. Referidos planos foram aprovados através dos Ofícios n.ºs 830 SPC/COJ de 14 de dezembro de 1999 e 369 SPC/COJ de 11 de fevereiro de 2000 e estão registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº ANS 38066-1 nas modalidades Metrus Saúde Integral - MSI, Metrus Saúde Especial - MSE, Metrus Saúde Odontológico - MSO e o Metrus Saúde Básico - MSB.

Os principais recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas Patrocinadoras, de seus Participantes, das taxas de administração dos planos de benefícios e de saúde e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos que

obedecem as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, alterada pela Resolução CMN / BACEN nº. 4.275, de 31 de outubro de 2013. Tais aplicações se orientam, também, pela Política de Investimentos aprovada e revisada, anualmente, pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com a Portaria Previc nº 465, de 29 de setembro de 2016, em seu Anexo, o Metrus foi classificado no Perfil II para fins de supervisão no âmbito da PREVIC.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechada de previdência privada estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC do Ministério da Previdência Social por meio da Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução Normativa PREVIC nº 06, de 13 de novembro de 2013, Instrução Normativa PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 21 de 23 de março de 2015 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

De acordo com a Instrução Conjunta SPC / ANS nº 01, de 18 de Dezembro de 2008, artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar que nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109 de 2001, foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes e assistidos benefícios assistenciais à saúde deverão observar o disposto em regulamentação específica da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e obedecer integralmente ao plano de contas instituído para o setor de saúde suplementar.

Desta forma, o Instituto elaborou, em separado, as demonstrações contábeis referentes aos Planos de Assistência à Saúde de acordo com a Resolução Normativa - RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, alterada pela - RN nº. 322, de 27 de março de 2013, Resolução Normativa - RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa – RN nº 390, de 02 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Instituto adotou, quando aplicável, as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios I, II, Plano de Gestão Administrativa - PGA e o total do Ativo e Passivo da Gestão Assistencial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.4.

A Administração do Instituto afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis do Instituto são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que o Instituto opera. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais Práticas e Estimativas Contábeis

O registro contábil respeitou a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos previdenciais e assistenciais administrados pelo Instituto, bem

como, o Plano de Gestão Administrativa, obedecendo ao princípio de competência. As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

3.1 Investimentos

Para a avaliação dos ativos de renda fixa, renda variável, fundos de investimentos e operações com derivativos “opções de ações” foram observadas as legislações estabelecidas pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os registros de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e das carteiras de fundos de investimentos do Instituto obedeceram, também, aos critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados como Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento, que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

- **Ativos de Renda Fixa:** compreendem as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas e são registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos rendimentos auferidos “pro rata temporis”, em função dos dias decorridos até a data do balanço, ajustados, se for o caso, a valor de mercado.
- **Ativos de Renda Variável:** as ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes à operação e foram precificadas a valor de mercado pela cotação de fechamento do último dia útil do mês, conforme Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009. A variação apurada entre os custos das ações e seus respectivos valores de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.
- **Fundos de investimentos:** são contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador, observado a legislação estabelecida pela CVM.
- **Investimentos Imobiliários:** são contabilizados pelo custo de aquisição conforme previsto na legislação e são ajustados pelo valor de mercado com base em avaliação executada por empresa especializada mediante emissão de laudo técnico e os ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida às contas de resultado. São depreciados / amortizados - exceto terreno - pelo método linear com base em taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, indicadas no laudo de reavaliação, conforme mencionado na nota explicativa nº. 4.3.4.
- **Operações com Participantes:** refere-se ao programa de empréstimo pessoal simples e são contabilizadas pelo valor concedido. O sistema de amortização utilizado é a “tabela price” e as parcelas são apropriadas mensalmente e correspondem as amortizações, juros, taxa de administração, fundos de reservas para inadimplência e por falecimento / invalidez. As taxas brutas mensais praticadas pelo Instituto no exercício de 2016 foram as mesmas praticadas no exercício de 2015, ou seja, 1,10%, 1,20% e 1,30%, para prazos de até 60, 72 e 84 meses respectivamente.

- **Depósitos Judiciais / Recursais:** representam os depósitos judiciais provenientes de bloqueios de contas correntes por meio do Sistema do Banco Central – SISBACEN (denominado BACENJUD), relativos a processos trabalhistas.
- **Imposto de Renda na Fonte:** a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são registradas, para os direitos creditórios mensurados, ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à esta provisão são apresentados pelo seu valor líquido.

A custódia dos títulos, valores mobiliários e derivativos estão registrados e custodiados em conta própria do Fundo na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e na BM&FBOVESPA.

3.2 Disponibilidades

As disponibilidades representam os recursos financeiros em caixa e em bancos conta movimento na data do balanço.

3.3 Realizável Gestões Previdencial e Administrativa

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.4 Ativo Permanente

O Permanente contempla os registros do Imobilizado, Intangível e Diferido e estão contabilizados pelo custo de aquisição. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por espécie.

<u>Descrição</u>	<u>Alíquota Anual (%)</u>
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Equipamentos de Informática	20
Imóvel de Uso Próprio	2,1
Telefonia	20
Aparelho de Comunicação	20
Ventiladores / Refrigerador de Ar	25
Sistemas de Segurança	10
Sistemas de Comunicação	10
Veículos	20
Intangível	20

A amortização do Intangível é calculada pelo método linear e é contabilizada em conta analítica redutora do respectivo ativo, tendo como contrapartida conta do resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A vida útil do intangível foi estabelecida pela entidade em 05 anos.

3.5 Estimativas Atuariais

As provisões matemáticas são determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pelo Instituto, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes, assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas futuras contribuições. As provisões relativas a benefícios a conceder, em sua maioria, representam o montante dos saldos de contas individuais dos participantes na data do balanço.

As provisões matemáticas são atualizadas para a data-base de encerramento do exercício pelo atuário, por meio de recorrência, tomando-se como data base a Avaliação Atuarial de 31 de outubro de 2016.

3.6 Superávit / Déficit Técnico Acumulado

Apurado pela diferença entre o ativo líquido e as provisões matemáticas e fundos calculadas pela empresa que elabora a avaliação atuarial.

3.7 Exigível Operacional

Representa valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes na Gestão Previdencial e pagamentos com Pessoal e Encargos, Fornecedores e Obrigações Fiscais na Gestão Administrativa. Nos Investimentos representam compromissos referentes a cotas a integralizar de Fundos de Investimentos em Participações - FIPs e Investimentos Imobiliários, bem como, liquidações financeiras referentes a operações do mercado de renda variável.

3.8 Exigível Contingencial

Representam as provisões constituídas de acordo com a probabilidade de êxito determinada com base em pareceres jurídicos. As contingências classificadas como perda provável foram reconhecidas contabilmente e divulgadas nas demonstrações contábeis, as classificadas como possíveis foram evidenciadas em Notas Explicativas e as remotas não foram divulgadas e provisionadas.

3.9 Custeio Administrativo

Os recursos para cobertura das despesas administrativas são transferidos dos planos de benefícios previdenciais, assistenciais e dos investimentos. As transferências são efetuadas nas contas de resultado de cada Gestão e os critérios utilizados para a movimentação do resultado das aplicações e cobertura dos gastos administrativos estão em conformidade com a legislação pertinente.

3.10 Receitas e Despesas e Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, independentes de pagamentos e recebimentos.

A Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social- Consolidado apresenta a composição do resultado com as adições (receitas), destinações (despesas) e os acréscimos/decréscimos representados pela constituição das provisões matemáticas, constituição de fundos e apuração do superávit/déficit técnico. Em separado apresenta o resultado, as receitas e despesas da Gestão Assistencial.

4. Realizável

4.1 Realizável - Gestão Previdencial

Estão registrados nesta rubrica, entre outros, os valores a receber de contribuições do mês das Patrocinadoras e Participantes.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD	3.960	3.754
Plano de Benefícios II – CV	5.428	4.904
Total	9.388	8.658

4.1.1 Contribuições das Patrocinadoras e Participantes

Os Planos de Custeio dos Planos de Benefícios foram elaborados em conformidade com a Emenda Constitucional nº. 20 que determina a paridade entre a contribuição normal das Patrocinadoras e a contribuição normal dos Participantes.

Plano de Benefícios I - BD

- A Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ contribuiu mensalmente até dezembro de 2016 com o equivalente a 8,370% (8,370% em 2015) e os Participantes com 8,705% (8,766% em 2015), em média, do total da folha de salários de participação deste plano.

Contribuições	Normal (%)	Déficit Equacionado (%)	Exercício Atual (%)	Exercício Anterior (%)
Patrocinadora	2,664	5,706	8,370	8,370
Participantes	2,999	5,706	8,705	8,766

Os Participantes contribuíram mensalmente de acordo com as faixas salariais estabelecidas nos respectivos regulamentos.

Plano de Benefícios II - CV

- As Patrocinadoras METRÔ e METRUS contribuíram mensalmente, em média, com o equivalente a 3,940% (3,877% em 2015) e os Participantes contribuíram, em média, com 6,385% (6,393% em 2015) do total da folha de salários de participação do referido plano.

Contribuições	Normal (Básica) (%)	Especial (%)	Extraordinária (%)	Suplementar (%)	Exercício Atual (%)	Exercício Anterior (%)
Patrocinadora	3,085	0,753	0,102	-	3,940	3,877
Participantes	3,085	0,753	0,059	2,488	6,385	6,393

- A Patrocinadora contribui com 100% da Contribuição Básica do Participante. A Contribuição Especial tem como objetivo o custeio dos Benefícios Mínimo e de Risco (Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio Doença).

Planos de Benefícios I e II - Consolidado

- A contribuição total das Patrocinadoras para os Planos de Benefícios I e II representou, em média, 5,316% (5,330% em 2015) da folha total de salários de participação e a contribuição total dos Participantes foi, em média, de 7,105% (7,162% em 2015).

Contribuições	Normal (%)	Serviço Passado (%)	Déficit Equacionado (%)	Exercício Atual (%)	Exercício Anterior (%)
Patrocinadoras - (i)	3,474	0,030	1,812	5,316	5,330
Participantes - (ii)	5,293	-	1,812	7,105	7,162

- (i) Na Contribuição Normal das Patrocinadoras estão contempladas as contribuições Normal e Especial (custeio dos benefícios mínimos e de risco).
- (ii) Na Contribuição Normal dos Participantes estão contempladas as Contribuições Normal, Especial e a Suplementar.
- Os percentuais supracitados não incluem as contribuições dos Participantes autopatrocinados.

4.2 Realizável - Gestão Administrativa

Estão registrados nesta rubrica os valores a receber de contribuições para custeio das Patrocinadoras e Participantes, reembolso da Gestão Assistencial e custeio da administração de investimentos para cobertura das despesas administrativas conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contas a Receber	<u>4.100</u>	<u>5.147</u>
Contribuições para Custeio	<u>211</u>	<u>244</u>
Plano de Benefícios I - BD	118	156
Plano de Benefícios II - CV	93	88
Responsabilidade de Empregados	<u>153</u>	<u>161</u>
Responsabilidades de Terceiros	<u>2.667</u>	<u>2.892</u>
Reembolso Assistencial	2.059	2.319
Adiantamento a Fornecedores	11	62
A receber de Terceiros	597	511
Outros Recursos a Receber	<u>1.069</u>	<u>1.850</u>
Custeio Administrativo de Investimentos	1.069	1.850
Despesas Antecipadas	55	37
Depósitos Judiciais / Recursais - (I)	11.141	11.181
Tributos a Compensar	916	696
Total	<u>16.212</u>	<u>17.061</u>

- (i) A rubrica Depósitos Judiciais / Recursais contempla os depósitos judiciais efetuados por determinação judicial até 31 de dezembro de 2014 de PIS e COFINS no valor de R\$ 11.096 e

de reclamações trabalhistas no valor de R\$ 45 (R\$ 11.110 e R\$ 71 em 2015, respectivamente). A partir do exercício de 2015, o Instituto passou a recolher diretamente aos cofres públicos referidas contribuições.

4.3 Realizável de Investimentos

Os Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios I e II e os Fundos foram aplicados de acordo com a legislação pertinente e com a Política de Investimentos que definiu as diretrizes, macro alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos para o exercício de 2016. Os recursos garantidores da Gestão Previdencial e o Fundo Administrativo têm uma gestão individualizada dos seus ativos (MULTIFUNDO). Em 31 de dezembro de 2016, os recursos estavam aplicados, conforme abaixo, e estão discriminados de acordo com a estrutura da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução CMN / BACEN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013.

a) CARTEIRA LÍQUIDA DOS INVESTIMENTOS (CONSOLIDADA)

Descrição	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
RENDA FIXA	4.3.1	<u>1.439.055</u>	<u>1.121.166</u>
<u>Títulos Públicos Federais</u>		<u>1.061.952</u>	<u>758.632</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN		1.061.952	758.632
<u>Instituições Financeiras</u>		<u>170.790</u>	<u>170.727</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB		47.052	33.620
Cert.de Céd. de Créd. Bancários (Carta de Fiança Bancária)	4.3.1.3-b	46.829	46.829
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE		-	38.792
Letras Financeiras Subordinadas		76.909	51.486
<u>Companhias Abertas</u>		<u>102.327</u>	<u>81.737</u>
Debêntures não Conversíveis		102.327	81.737
<u>Companhias Fechadas</u>		<u>25.735</u>	<u>26.289</u>
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI		14.070	15.405
Cédulas de Créditos Bancários - CCB		11.665	10.884
<u>Fundo de Investimento Referenciado</u>		<u>43.644</u>	<u>52.405</u>
<u>Fundo de Investimento renda fixa</u>		<u>25.132</u>	<u>22.460</u>
<u>Fundo de Direitos Creditórios - FDIC</u>	4.3.1.4	<u>9.475</u>	<u>8.916</u>
RENDA VARIÁVEL		<u>156.442</u>	<u>208.344</u>
Ações de Instituições Financeiras		11.021	9.706
Ações de Companhias abertas		69.828	80.142
Fundo de Investimentos em Ações	4.3.2.2	75.593	118.496
ESTRUTURADO	4.3.3	<u>160.436</u>	<u>161.894</u>
Fundo de Participações em Ações - FIP	4.3.3.1	127.670	127.430
Fundos Imobiliários	4.3.3.2	32.766	34.464
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		<u>37.300</u>	<u>45.151</u>
Fundo Multimercado		37.300	45.151
IMÓVEIS	4.3.4	<u>105.227</u>	<u>104.814</u>
Imóveis em Desenvolvimento		8.200	11.803
Aluguéis e Renda		97.027	93.011
EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS	4.3.5	<u>125.162</u>	<u>112.538</u>
Empréstimos		125.162	112.538
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS		<u>743</u>	<u>743</u>
OUTROS REALIZÁVEIS		<u>389</u>	<u>390</u>
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS		<u>2.024.754</u>	<u>1.755.040</u>
(-) EXIGIBILIDADES DOS INVESTIMENTOS	6.3	<u>(44.294)</u>	<u>(44.343)</u>
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS		<u>1.980.460</u>	<u>1.710.697</u>

b) PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

Descrição	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>RENDA FIXA</u>	4.3.1	889.568	703.029
<u>Títulos Públicos Federais</u>		632.645	454.570
Notas do Tesouro Nacional - NTN		632.645	454.570
<u>Instituições Financeiras</u>		127.636	133.875
Certificado de Depósito Bancário - CDB		33.587	19.650
Cert.de Céd. de Créd. Bancários (Carta de Fiança Bancária)	4.3.1.3-b	36.255	36.254
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE		-	36.128
Letras Financeiras Subordinadas		57.794	41.843
<u>Companhias Abertas</u>		59.457	46.217
Debêntures não Conversíveis		59.457	46.217
<u>Companhias Fechadas</u>		19.976	19.981
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI		8.311	9.098
Cédulas de Crédito Bancários – CCB		11.665	10.883
<u>Fundo de Investimento Referenciado</u>		31.567	32.521
<u>Fundo de Investimento renda fixa</u>		14.848	12.832
<u>Fundo de Direitos Creditórios - FDIC</u>	4.3.1.4	3.439	3.033
<u>RENDA VARIÁVEL</u>		21.370	92.627
Ações de Instituições Financeiras		3.376	4.622
Ações de Companhias Abertas		11.397	29.254
Fundo de Investimento em Ações	4.3.2.2	6.597	58.751
<u>ESTRUTURADO</u>	4.3.3	84.063	94.539
Fundo de Participações em Ações - FIP	4.3.3.1	70.021	79.911
Fundos Imobiliários	4.3.3.2	14.042	14.628
<u>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</u>		18.143	21.964
Fundo Multimercado		18.143	21.964
<u>IMÓVEIS</u>	4.3.4	86.651	86.917
Imóveis em Desenvolvimento		8.200	11.803
Aluguéis e Renda		78.451	75.114
<u>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>	4.3.5	43.590	40.337
Empréstimos		43.590	40.337
<u>DEPÓSITOS JUDICIAIS</u>		334	334
<u>OUTROS REALIZÁVEIS</u>		334	334
<u>TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS</u>		1.144.053	1.040.081
<u>(-) EXIGIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS</u>	6.3	(21.023)	(27.031)
<u>TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS</u>		1.123.030	1.013.050

c) PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

Descrição	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
RENDA FIXA	4.3.1	528.159	400.690
<u>Títulos Públicos Federais</u>		<u>417.107</u>	<u>297.926</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN		417.107	297.926
<u>Instituições Financeiras</u>		<u>37.347</u>	<u>29.500</u>
Certificado de Depósito Bancário - CDB		11.213	11.230
Cert.de Céd. de Créd. Bancários (Carta de Fiança Bancária)	4.3.1.3-b	10.574	10.574
Letras Financeiras Subordinadas		15.560	7.696
<u>Companhias Abertas</u>		<u>42.550</u>	<u>35.028</u>
Debêntures não Conversíveis		42.550	35.028
<u>Companhias Fechadas</u>		<u>5.759</u>	<u>6.307</u>
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI		5.759	6.307
<u>Fundo de Investimento Referenciado</u>		<u>9.724</u>	<u>17.086</u>
<u>Fundo de Investimento renda fixa</u>		<u>10.220</u>	<u>9.511</u>
<u>Fundo de Direitos Creditórios - FDIC</u>	4.3.1.4	<u>5.452</u>	<u>5.332</u>
RENDA VARIÁVEL		135.072	114.729
Ações de Instituições Financeiras		7.645	4.918
Ações de Companhias Abertas		58.431	50.066
Fundo de Investimento em Ações	4.3.2.2	68.996	59.745
ESTRUTURADO	4.3.3	76.373	67.355
Fundo de Participações em Ações - FIP	4.3.3.1	57.649	47.519
Fundos Imobiliários	4.3.3.2	18.724	19.836
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		19.157	23.186
Fundo Multimercado		19.157	23.186
IMÓVEIS	4.3.4	18.576	17.897
Aluguéis e Renda		18.576	17.897
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.3.5	81.572	72.202
Empréstimos		81.572	72.202
<u>DEPÓSITOS JUDICIAIS</u>		<u>55</u>	<u>55</u>
<u>OUTROS REALIZÁVEIS</u>		<u>55</u>	<u>56</u>
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS		859.019	696.170
(-) EXIGIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS	6.3	(22.883)	(16.924)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS		836.136	679.246

d) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Descrição	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
RENDA FIXA	4.3.1	21.328	17.446
<u>Títulos Públicos Federais</u>		<u>12.200</u>	<u>6.136</u>
Notas do Tesouro Nacional - NTN		12.200	6.136
<u>Instituições Financeiras</u>		<u>5.807</u>	<u>7.352</u>
Certificado de Depósito Bancário - CDB		2.252	2.741
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE		-	2.664
Letras Financeiras Subordinadas		3.555	1.947
<u>Companhias Abertas</u>		<u>320</u>	<u>493</u>
Debêntures não Conversíveis		320	493
<u>Fundo de Investimento Referenciado</u>		<u>2.353</u>	<u>2.797</u>
<u>Fundo de Investimento renda fixa</u>		<u>64</u>	<u>117</u>
<u>Fundo de Direitos Creditórios - FDIC</u>	4.3.1.4	<u>584</u>	<u>551</u>
RENDA VARIÁVEL		=	989
Ações de Instituições Financeiras		-	167
Ações de Companhias Abertas		-	822
<u>DEPÓSITOS JUDICIAIS</u>		<u>354</u>	<u>354</u>
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS		21.682	18.789
(-) EXIGIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS	6.3	(388)	(388)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS		21.294	18.401

4.3.1. Renda Fixa

Estão aplicados neste segmento 72,66% (65,54% em 2015) do total dos Recursos Garantidores, sendo que 73,80% (67,66% em 2015) estão aplicados em títulos públicos e 26,20% (32,34% em 2015) em créditos privados.

4.3.1.1. Classificação dos Títulos

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, artigo 8º de 30/01/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimento classificados como "Títulos para Negociação" e "Títulos Mantidos até o Vencimento" por plano de benefícios e prazos de vencimentos. Não foram considerados no quadro a seguir montantes relacionados a investimentos imobiliários, Fundos de Investimentos em Participações – FIP, Investimentos no Exterior e empréstimos a participantes.

Em razão da capacidade financeira de atendimento das necessidades de liquidez, O Instituto mantém parcelas de títulos contabilizados pela curva do papel e classificados na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento", precificados conforme Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

	2016				
	Valor a Mercado				
	Custo	Sem Vcto.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
A) Títulos Para Negociação	<u>311.633</u>	<u>234.694</u>	<u>75</u>	<u>155.770</u>	<u>390.539</u>
Plano de Benefícios I	<u>137.337</u>	<u>71.224</u>	-	<u>124.161</u>	<u>195.385</u>
NTN – C	49.003	-	-	104.083	104.083
NTN – B	7.008	-	-	8.708	8.708
Debêntures não Conversíveis	13.259	-	-	11.370	11.370
Fundos de Investimentos – R. Fixa	14.848	14.848	-	-	14.848
Fundos de Invest. Referenciado	31.275	31.567	-	-	31.567
Fundos de Dir. Creditórios - FDIC	2.667	3.439	-	-	3.439
Fundos de Invest. em Ações	6.198	6.597	-	-	6.597
Ações	13.079	14.773	-	-	14.773
Plano de Benefícios II	<u>170.764</u>	<u>160.469</u>	-	<u>31.289</u>	<u>191.758</u>
NTN – B	11.965	-	-	18.421	18.421
Debêntures	15.980	-	-	12.868	12.868
Fundos de Investimentos– R. Fixa	12.257	10.220	-	-	10.220
Fundos de Invest. Referenciado	9.645	9.725	-	-	9.725
Fundos de Dir. Creditórios - FDIC	5.126	5.452	-	-	5.452
Fundos de Invest. em Ações	62.300	68.996	-	-	68.996
Ações	53.491	66.076	-	-	66.076
Gestão Administrativa	<u>3.532</u>	<u>3.001</u>	<u>75</u>	<u>320</u>	<u>3.396</u>
CDB	74	-	75	-	75
Debêntures	511	-	-	320	320
Fundos de Investimentos – R. Fixa	130	64	-	-	64
Fundos de Invest. Referenciado	2.303	2.353	-	-	2.353
Fundos de Dir. Creditórios - FDIC	514	584	-	-	584

	2016				
	Custo	Valor na Curva			Total
		Sem Vcto.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	
B) Títulos Mantidos Até o vencimento	<u>956.594</u>	=	=	<u>1.204.959</u>	<u>1.204.959</u>
Plano de Benefícios I	<u>544.969</u>	=	=	<u>715.554</u>	<u>715.554</u>
NTN-B	375.736	-	-	482.453	482.453
NTN-C	16.122	-	-	37.401	37.401
CDB	19.079	-	-	33.588	33.588
Letras Financeiras Subordinadas	39.718	-	-	57.794	57.794
CCCB (a receber Carta de Fiança)	36.255	-	-	36.255	36.255
Debêntures não Conversíveis	37.560	-	-	48.087	48.087
CRI	11.077	-	-	8.311	8.311
CCB	9.422	-	-	11.665	11.665
Plano de Benefícios II	<u>396.156</u>	=	=	<u>471.474</u>	<u>471.474</u>
NTN-B	334.800	-	-	398.686	398.686
CDB	7.616	-	-	11.213	11.213
Letras Fin. Subordinadas	13.034	-	-	15.560	15.560
CCCB (a receber Carta de Fiança)	10.574	-	-	10.574	10.574
Debêntures não Conversíveis	22.480	-	-	29.682	29.682
CRI	7.652	-	-	5.759	5.759
Gestão Administrativa	<u>15.469</u>			<u>17.931</u>	<u>17.931</u>
NTN-B	9.922	-	-	11.309	11.309
NTN-F	802	-	-	891	891
DPGE	-	-	-	-	-
CDB	2.000	-	-	2.177	2.177
Letras Financeiras Subordinadas	2.745	-	-	3.554	3.554
Total - (A+B)	<u>1.268.227</u>	<u>234.694</u>	<u>75</u>	<u>1.360.729</u>	<u>1.595.498</u>

4.3.1.2. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

De acordo com a Resolução CNPC nº. 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº. 19 de 04 de fevereiro de 2015, o Instituto efetuou no exercício o ajuste de precificação dos títulos públicos federais (NTN-B e NTN-C), atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, para fins de equacionamento de déficit técnico. O ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos calculados, considerando as taxas reais de juros anuais de 5,70% e 5%, utilizadas nas avaliações atuariais para o Plano de Benefícios I e II, respectivamente, e o valor contábil desses títulos. Os ajustes de precificações positivos estão discriminados em informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios – DAL de cada plano e, resultaram no valor de R\$ 18.831 (R\$ 11.914 em 2015) no Plano de Benefícios I e R\$ 27.196 (R\$ 25.167 em 2015) no Plano de Benefícios II, conforme demonstrativo a seguir:

- Plano de Benefícios I – Títulos mantidos até o vencimento

Papel	Vcto	Qtde	Valor da Aplicação	Valor na Curva	Valor Ajustado à Taxa do Passivo	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/05/2019	12.190	35.535	36.191	36.554	363
NTN-B	15/05/2021	11.860	34.976	34.900	35.730	830
NTN-B	15/08/2022	22.710	63.871	67.804	69.586	1.782
NTN-B	15/08/2024	31.732	60.524	95.364	97.634	2.270
NTN-B	15/08/2030	6.764	14.906	19.587	21.017	1.430
NTN-B	15/05/2035	42.333	83.505	124.138	130.458	6.320
NTN-B	15/08/2040	7.268	16.912	20.871	22.815	1.944
NTN-B	15/05/2045	3.300	6.205	9.737	10.251	514
NTN-B	15/08/2050	24.332	<u>59.302</u>	<u>73.860</u>	<u>76.842</u>	<u>2.982</u>
			375.736	482.452	500.887	18.435
NTN-C	01/01/2031	6.400	<u>16.122</u>	<u>37.401</u>	<u>37.797</u>	<u>396</u>
	TOTAL		391.858	519.853	538.684	18.831

- Plano de Benefícios II

Papel	Vcto	Qtde	Valor da Aplicação	Valor na Curva	Valor Ajustado à Taxa do Passivo	Resultado da operação
NTN-B	15/08/2030	2.352	4.853	7.032	7.781	749
NTN-B	15/05/2035	8.700	25.241	25.693	28.956	3.263
NTN-B	15/08/2040	4.300	10.057	11.211	14.730	3.519
NTN-B	15/05/2045	11.000	26.201	27.638	37.636	9.998
NTN-B	15/08/2050	6.700	15.200	18.335	23.438	5.103
NTN-B	15/05/2055	7.500	<u>21.228</u>	<u>21.529</u>	<u>26.093</u>	<u>4.564</u>
	TOTAL		102.780	111.438	138.634	27.196

4.3.1.3. Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base na expectativa de perdas sobre esses créditos, cujo montante é considerado, pela Administração, suficiente para cobrir eventuais prejuízos. A seguir um resumo das principais provisões:

- a) **Banco Cruzeiro do Sul S/A:** o Metrus possui Certificado de Depósito Bancário - CDB, provisionado no valor de R\$ 37.396 do referido banco, decorrente de liquidação extrajudicial pelo Banco Central - BACEN no exercício de 2012 e posterior decretação de falência pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo – SP em 12 de agosto de 2015. O Instituto apresentou em 10 de novembro de 2015 habilitação de crédito quirografário e documentos nos autos da Ação de Falência do Banco Cruzeiro do Sul, processo n.º 1071548-40.2015.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara. Referido crédito tem expectativa de início de pagamento nos próximos dois anos.
- b) **Certificado de Cédula de Crédito Bancário – CCCB:** o Instituto possui provisionado para perdas CCCBs do Banco BANIF – Banco Internacional do Funchal S.A no valor de R\$ 87.638, sendo R\$ 67.849 do Plano de Benefícios I e R\$ 19.789 do Plano de Benefícios II. Os CCCBs eram composto de 5 (cinco) Cédulas de Créditos Bancários – CCB's com taxa de retorno de IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) + 8,5%a.a um prazo de 180 meses com as seguintes garantias:
- i) coobrigação de pagamento do banco, por meio de Contrato Particular de Prestação de Garantia Fidejussória e Outras Avenças, que corrigida pelo IGP-M representa.
 - ii) alienação fiduciária de bens imóveis de cada emissor das CCB's;
 - iii) cessão fiduciária de direitos creditórios; e
 - iv) obrigação de substituir as CCB's inadimplentes por mais de 10 (dez) meses por novas CCB's com mesmo rating ou liquidação do saldo devedor da mesma.

Essa operação encontra-se em procedimento arbitral na Câmara de Comércio Brasil Canadá – CCBC, desde dezembro de 2013, e o Metrus ajuizou ação de execução e penhora de dinheiro e bloqueio referente à coobrigação contratualmente existente. Por ordem do juízo, o BANIF apresentou carta de fiança bancária emitida pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. no valor total de R\$ 59.820, correspondente ao valor executado acrescido de 30%, com vigência por prazo indeterminado.

O Instituto mantém em seu ativo o valor a receber correspondente à referida carta de fiança que nos planos previdenciais representa o valor de R\$ 46.829, sendo R\$ 36.255 do Plano de Benefícios I e R\$ 10.574 do Plano de Benefícios II, baseado em parecer jurídico de escritório de advocacia, que classificou como remota a possibilidade de perda da ação no processo de arbitragem, por se tratar de coobrigação bancária estabelecida em contrato. Respetivos valores foram reclassificados para a rubrica “Contas a Receber” do próprio ativo (12.32.01.04).

Adicionalmente, com o objetivo de resguardar seus direitos, o Metrus optou por assumir por si próprio a cobrança do crédito representado pelas CCBs inadimplidas junto às empresas emittentes dos títulos, que deram lastro à emissão dos CCCBs. Assim em 2016, por intermédio de seu agente de cobrança, o Instituto efetuou o “desmonte” dos CCCBs junto ao CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, assumindo a posse e titularidade direta das CCB's por meio do respectivo endosso do título, o que possibilitará ajuizamento de execução contra os devedores originais das cédulas. Efetuado o desmonte, o Metrus tomou as medidas preparatórias para possibilitar o ajuizamento da execução, com a expedição de notificação extrajudicial para decretação do vencimento antecipado dos títulos.

- c) **Debêntures da Comanche Participações do Brasil S.A:** o Instituto possui provisão para créditos de liquidação duvidosa das referidas debêntures no valor de R\$ 8.156, efetuada no exercício de 2014. Em 09 de outubro de 2015, a GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DTVM LTDA. ajuizou ação de execução por título extrajudicial contra a empresa Comanche, distribuído à 6ª Vara Cível Comarca de São Paulo.

4.3.1.4. Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios – FDIC

Estão compostos da seguinte forma:

FDIC	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PGA	Total	Exercício Anterior
Fundo Multisetorial BVA Master (I, II, III) – (i)	921	417	81	1.419	725
Vinci Crédito e Desenv. I	2.518	5.035	503	8.056	8.191
Total	3.439	5.452	584	9.475	8.916

- i) Referidos FIDC's que sofreram impactos com a intervenção decretada pelo BACEN no Banco BVA S.A, passaram a recuperar os créditos provisionados nas respectivas cotas dos fundos e repassar os recursos para o Instituto. No exercício, o fundo recuperou créditos no valor de R\$ 1.404 e repassou ao Instituto R\$ 710, conforme discriminado abaixo:

FDIC BVA MASTER I, II e III	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PGA	Total
Saldo em 31/12/2015	<u>473</u>	<u>213</u>	<u>39</u>	<u>725</u>
Recuperação de Crédito	907	412	85	1.404
Valores Recebidos	(459)	(208)	(43)	(710)
Saldo em 31/12/2016	<u>921</u>	<u>417</u>	<u>81</u>	<u>1.419</u>

4.3.2. Renda Variável

O Instituto terminou o exercício com uma alocação de 7,89% (12,18% em 2015) dos recursos consolidados neste segmento.

4.3.2.1 Taipe Trancoso Empreendimentos S/A

O Instituto possuía 1.950.000 ações que representa a participação no capital social de 15% do empreendimento. As ações estavam precificadas ao valor unitário de R\$ 2,98 (dois reais e noventa e oito centavos) que compreendia o valor total R\$ 5.811. Em janeiro de 2016 o Instituto vendeu sua participação ao Club Med Brasil S/A ao preço unitário de R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos) a ação, totalizando o valor de R\$ 12.500, representando no resultado do exercício o valor de R\$ 6.689.

4.3.2.2 Fundo de Investimentos em Ações

O saldo das aplicações em fundos de investimento em ações perfaz o valor de R\$ 75.593 (R\$ 118.496 em 2015) com a seguinte composição em 31/12/2016:

Planos	Administrador	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD		6.597	58.751
Fator Sinergia IV	Banco Fator	-	3.888
Fator Sinergia V	Banco Fator	868	702
Constellation Institucional – FIC FIA	BNY Mellon	354	11.496
BBM Smid Caps FIC FIA	BNY Mellon	168	10.321
BTG Pactual Dividendos – FIA	BNY Mellon	-	10.379
Guepardo Institucional 60 – FIC FIA	BNY Mellon	820	6.611
M Square Institucional – FICFIA	BNY Mellon	4.387	15.354
Plano de Benefícios II – CV		68.996	59.745
Fator Sinergia IV	Banco Fator	-	3.335
Fator Sinergia V	Banco Fator	2.233	1.805
BTG Pactual Dividendos – FIA	BNY Mellon	-	9.861
Constellation Institucional – FIC FIA	CSHG	14.046	11.226
BBM SMID CAPS FIC FIA	BNY Mellon	12.751	10.278
Guepardo Institucional 60 – FIC FIA	BNY Mellon	9.628	6.348
M Square Institucional – FICFIA	BNY Mellon	19.889	16.892
Ibiuna Equity Fic FIA	BEM DTVM Ltda	10.449	-
Total		75.593	118.496

4.3.3 Investimentos Estruturados

Estão alocados neste segmento os Fundos de Investimentos em Participações – FIP e os Fundos de Investimentos Imobiliários – FII e suas composições estão detalhadas a seguir:

4.3.3.1 Fundos de Investimentos em Participações – FIP

Estão alocadas nesta rubrica as aplicações em cotas sob a forma de condomínio fechado destinado à participação de investidores qualificados e tem como finalidade a aplicação de recursos na aquisição de participações societárias no valor de R\$ 127.670 (R\$ 127.430 em 2015). Deste valor, está aportado R\$ 85.565 (R\$ 87.418 em 2015), faltando aportar o valor de R\$ 42.105 (R\$ 40.012 em 2015), registrado no Exigível Operacional - Investimentos.

Planos	Nota Explicativa	Administrador	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD			<u>70.021</u>	<u>79.911</u>
FIP Florestas do Brasil		Banco Santander	18.004	17.684
FIP Investidores Institucionais III		Banco Santander	3.413	3.394
FIP Riviera		Banco BRB	6.870	6.959
FIP BVEP Plaza		Banco Votorantim	3.070	3.177
FIP INSEED FIMA		BNY Mellon	2.690	2.772
FIP Multiner - (i)		Planner	3.366	14.258
FIC FIP Hamilton Lane Brasil		BTG Pactual	16.815	17.303
FIP P2 Infraestrutura III		P2 Gestão de Recursos	9.876	9.769
FIP Stratus SCP Brasil		Stratus Inv. Ltda	5.917	4.595
Plano de Benefícios II – CV			<u>57.649</u>	<u>47.519</u>
FIP Florestas do Brasil		Banco Santander	5.565	5.466
FIP Investidores Institucionais II		Banco Santander	266	471
FIP P2 Brasil		Banco BRB	15.645	16.241
FIP Riviera		Banco Votorantim	2.944	2.982
FIP BVEP Plaza		BNY Mellon	2.046	2.118
FIP INSEED FIMA		Planner	1.793	1.848
FIC FIP Hamilton Lane Brasil		BTG Pactual	8.663	8.914
FIP P2 Infraestrutura III		P2 Gestão de Recursos	4.938	4.884
FIP Stratus SCP Brasil		Stratus Inv. Ltda	5.917	4.595
FIP Copa Florestal III		Lions Trust	9.872	-
Sub – Total - (A)			<u>127.670</u>	<u>127.430</u>
Valores a aportar - (B)			<u>42.105</u>	<u>40.012</u>
Plano de Benefícios I	Nota 6.3		20.282	24.354
Plano de Benefícios II	Nota 6.3		21.823	15.658
Total Aportado = (A - B)			<u>85.565</u>	<u>87.418</u>

- (i) O administrador efetuou a avaliação dos ativos (teste de impairment) desse fundo que estavam precificados a custo de aquisição. A avaliação representou redução material nas marcações dos ativos, com conseqüente impacto negativo na cota e no patrimônio líquido do Fundo no valor de R\$ 10.290, no mês de setembro de 2016, que foi reconhecido no resultado.

4.3.3.2 Fundos de Investimentos Imobiliários - FII

O Instituto tem aplicado o valor de R\$ 32.766 (R\$34.464 em 2015) em tais fundos, que estão precificados a valor de mercado pela cota de fechamento divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e são compostos conforme abaixo:

Plano	Nota Explicativa	Administrador	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD			14.042	14.628
BTG Pactual Corporate		BTG Pactual	7.564	7.402
Claritas Logística I		Citibank D.T.V.M	6.419	7.146
Aluguéis a Receber			59	80
Plano de Benefícios II – CV			18.724	19.836
FII Memorial Office		Coinvalores C.C.V.M	1.039	1.000
FII Água Branca		Coinvalores C.C.V.M	11.428	12.089
BTG Pactual Corporate		BTG Pactual	1.891	1.851
Claritas Logística I		BTG Pactual	4.280	4.764
Aluguéis a Receber			86	132
Sub Total – (A)			32.766	34.464
Valores a Aportar – (B)			0	1.900
Plano de Benefícios I	Nota 6.3		0	1.140
Plano de Benefícios II	Nota 6.3		0	760
Valor Aportado = (A - B)			32.766	32.564

4.3.4 Investimentos Imobiliários

Aluguéis e Renda: o Instituto efetuou as reavaliações de suas participações em imóveis, no exercício de 2016, em consonância com a legislação vigente. As reavaliações representaram no exercício uma valorização de R\$ 1.889, sendo de R\$ 909 nos imóveis do Plano de Benefícios I e R\$ 980 no imóvel do Plano de Benefícios II, que foram apropriadas diretamente no resultado do exercício em dezembro de 2016, conforme discriminado abaixo:

Ativo	Valor Contábil em nov/16	Valor da Reavaliação	Resultado da Reavaliação
Plano de Benefícios I	85.190	86.099	909
Shopping Plaza Sul - (i)	46.363	51.507	5.144
Shopping Metrô Boulevard Tatuapé-(i)	27.024	26.392	(632)
Condomínio Panamby – (ii)	11.803	8.200	(3.603)
Plano de Benefícios II	17.542	18.522	980
Shopping Metrô Itaquera – (i)	17.542	18.522	980
Total	102.732	104.621	1.889

(i) As reavaliações destes shoppings foram executadas pela empresa Cushman & Wakefield Brasil – CREA nº 506106999-4, que na avaliação técnica seguiu rigorosamente os preceitos da norma técnica NBR. 14.653-1/2001, NBR. 14.653-2/2011 e NBR. 14.653-4/2002, da A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas. O Método adotado foi da Capitalização da Renda com base no Fluxo de Caixa Descontado, que estima o valor presente a uma taxa de desconto apropriada.

(ii) A reavaliação deste empreendimento foi executada pela empresa Colliers Internacional do Brasil – Crea - SP nº 0931874, que na avaliação técnica seguiu os preceitos da norma

técnica NBR. 14.653-2/2011 e a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos – versão 2011, publicada pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo. Para a estimativa do valor de mercado para venda, aplicou-se o Método Comparativo de Dados de Mercado. Essa abordagem fornece uma indicação de valor comparando o imóvel avaliado com outros idênticos ou semelhantes, disponíveis para venda. Para o cálculo do Fair Value do imóvel foi utilizado o Método Involutivo considerando-se como valor do imóvel o valor presente líquido de um fluxo de caixa, onde foram consideradas as despesas para finalização da obra, as despesas de venda, financiamento bancário, lucro do empreendedor e as receitas obtidas das vendas das unidades descontadas a uma taxa compatível com os riscos de mercado para empreendimentos congêneres de 20% a.a..

No final do exercício os investimentos imobiliários estão assim representados:

Plano	Partic.	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I - BD		86.651	86.957
Shopping Plaza Sul – (i)	10%	52.059	47.605
Shopping Metrô Boulevard Tatuapé – (ii)	15%	26.392	27.549
Imóveis em Construção – (iii)	-	8.200	11.803
Plano de Benefícios II - CV		18.576	17.857
Shopping Metrô Itaquera - (ii)	5%	18.576	17.857
Total		105.227	104.814

- (i) O prazo de vida útil econômica remanescente deste Shopping foi estimado em 29 anos. Esses valores contemplam os aluguéis a receber de R\$ 552 (R\$ 610 em 2015).
- (ii) São participações em Direito Real de Uso e os terrenos, de ambos os shoppings, são de propriedade da Cia. do Metropolitana de São Paulo - Metrô e foram cedidos aos empreendedores por meio de Contrato de Concessão por prazo determinado, restando a partir do exercício de 2016 o prazo de 31 anos de concessão para o Shopping Boulevard Metrô Tatuapé e 27 anos para o Shopping Metrô Itaquera. Os referidos Shoppings foram amortizados em R\$ 801 (R\$ 850 em 2015) no exercício de 2016. Os valores acima contemplam valores a receber a título de aluguéis, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54 (R\$ 88 em 2015).
- (iii) Representa o empreendimento Condomínio Panamby que está em fase de construção e que após reavaliação apresenta o valor de R\$ 8.200 (R\$ 11.803 em 2015). Esse empreendimento encontra-se em processo de reestruturação para conclusão das obras.

4.3.5 Empréstimo - Operações com Participantes

As Operações com Participantes compreendem os empréstimos simples que são concedidos aos Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinaados. O saldo, que corresponde ao principal corrigido na data do Balanço, é de R\$ 125.162 (R\$ 112.538 em 2015) e é apresentado abaixo por plano de benefícios:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD	43.590	40.336
Plano de Benefícios II - CV	81.572	72.202
Total	<u>125.162</u>	<u>112.538</u>

O Metrus constituiu provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa das prestações inadimplentes dos contratos de empréstimo pessoal, conforme Instrução Normativa nº 34 da SPC. Em 31 de dezembro de 2016, o montante das provisões é de R\$ 1.791, sendo R\$ 666 do Plano de Benefícios I e R\$ 1.125 do Plano de Benefícios II.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo da Provisão em 31/12/2015	2.184	1.994
Constituição / Reversão Líquida de Provisão	(393)	190
Saldo da Provisão em 31/12/2016	<u>1.791</u>	<u>2.184</u>

4.3.6 Rentabilidade

No exercício de 2016 o Metrus utilizou-se de recursos do Programa de Investimentos para cobertura dos gastos administrativos referentes aos investimentos. A receita acumulada, em valores absolutos foi de R\$ 238.920 (R\$ 111.103 em 2015), da qual deduzidos os gastos com a administração e controle dos investimentos e constituição líquida de fundo de investimentos nos valores de R\$ 10.714 (R\$ 10.307 em 2015) e R\$ 348 (R\$ 816 em 2015), respectivamente, resultou uma receita líquida de R\$ 227.858 (R\$ 99.980 em 2015). A transferência do custeio administrativo de investimentos e a taxa administrativa de Empréstimo Pessoal para o Plano de Gestão Administrativa – PGA representaram 0,54% dos recursos consolidados de investimentos.

A rentabilidade financeira das aplicações dos recursos dos planos de benefícios no exercício, medida pelo método da Taxa Interna de Retorno - TIR foi de 12,64% para o Plano de Benefícios I e 15,53% para o Plano de Benefícios II. Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA obtiveram uma rentabilidade de 15,58%. As rentabilidades financeiras nominais dos planos estão discriminadas a seguir:

Segmento	Plano I (%)		Plano II (%)		Administrativo (%)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	13,26	8,11	13,53	11,48	14,31	18,26
Renda Variável	39,27	-14,55	35,87	-15,30	28,23	-20,85
Investimentos Imobiliários	6,63	35,06	14,62	-19,04	-	-
Operações com Participantes	15,19	14,46	14,39	14,12	-	-
Investimentos Estruturados	-7,06	5,83	6,05	14,69	-	-
Investimentos no Exterior	-17,40	47,73	-17,38	47,65	-	-
Carteira total	12,64	7,35	15,53	6,17	15,58	15,21
Meta Atuarial	12,66	17,67	11,91	16,84	-	-

Nota: No ano de 2016 a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor foi de 6,58% (11,28% em 2015).

4.3.7 Perfis de Investimentos

O Metrus oferece aos Participantes Ativos do Plano de Benefícios II perfis de investimentos nas modalidades Conservador, Moderado e Arrojado e para os Participantes Assistidos nas modalidades Conservador 1, Conservador 2 e Conservador 3. Em 31 de dezembro de 2016 os perfis estavam assim distribuídos:

Perfil	Quantidade de Participantes		Volume de Recursos		Rentabilidade no Ano	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Conservador -(i)	2.541	1.939	452.767	325.442	14,01	7,07
Moderado	4.145	4.363	341.913	313.345	15,79	4,33
Arrojado	539	653	35.875	38.185	18,88	1,92
Conservador 1	3	1	167	63	14,38	2,69
Conservador 2	5	2	2.527	1.639	14,48	7,30
Total	7.233	6.958	833.249	678.674		

(i) Inclui 05 Participantes Assistidos do Perfil Conservador 3 por possuir a mesma alocação nos segmentos de ativos.

5 Permanente

Representa o Imobilizado e o Intangível que estão registrados no Plano de Gestão Administrativa - PGA e está assim constituído:

Descrição	Saldo em 2015	Adição/Baixa (+/-)	Depreciação Amortização (-)	Saldo em 2016
Ativo Permanente	12.326	(1.524)	(530)	10.272
Imobilizado	11.953	(1.616)	(367)	9.970
Imóvel de Uso Próprio - (i)	11.299	(1.743)	(235)	9.321
Instalações	292	101	(54)	339
Máquinas e Equipamentos	206	15	(35)	186
Móveis e Utensílios	72	3	(20)	55
Equipamentos de Informática	18	3	(7)	14
Veículos	48	-	(13)	35
Marcas e Patentes	5	-	-	5
Aparelhos de Comunicação	5	-	(1)	4
Sistemas de Segurança	1	-	-	1
Telefonia	7	5	(2)	10
Intangível	373	92	(163)	302

- (i) O Imóvel de Uso Próprio é composto pelos conjuntos 11, 171 e 172 situados na Alameda Santos nº 1827, no 1º e 17º andar respectivamente. Tais conjuntos foram reavaliados no exercício de 2016 pela empresa Cushman & Wakefield Brasil, CREA nº 506106999-4. Na avaliação técnica a empresa seguiu as prescrições das normas técnicas 14.653-1/2001 e 14.653-2/2011 artigo 8.2.1 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e adotou o "Método Comparativo Direto de Dados de Mercado" que identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra. A empresa emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 9.321 pelos (03) três conjuntos que representou uma desvalorização de R\$ 1.743, em relação ao exercício anterior, contabilizado diretamente no resultado do PGA. O tempo de vida útil remanescente foi estimado em 30 anos e a taxa de depreciação utilizada no exercício de 2016 foi de 3,25% ao ano.

O Intangível é composto dos gastos com aquisição de softwares relativos a sistemas de gestão e controle e aplicativos para automação das atividades, onde os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis a esses bens, serão gerados em favor da entidade. São amortizados de acordo com a vida útil econômica estimada pelo Instituto de 5 anos.

6 Exigível Operacional

6.1 Exigível Operacional Previdencial

Representam os valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios dos planos aos Participantes:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>	<u>4.414</u>	<u>3.977</u>
Benefícios a Pagar	3.979	3.546
Retenções a Recolher	329	271
Outras Exigibilidades	106	160
<u>Plano de Benefícios II – CV</u>	<u>653</u>	<u>613</u>
Benefícios a Pagar	591	541
Retenções a Recolher	47	53
Outras Exigibilidades	15	19
Total	<u>5.068</u>	<u>4.590</u>

6.2 Exigível Operacional do Plano de Gestão Administrativa – PGA

Referem-se a pagamentos com pessoal e encargos, fornecedores, Obrigações Fiscais e outros:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Folha de Pagamento	1.431	1.402
Fornecedores	633	950
Retenções a Recolher	545	596
Tributos a Recolher	77	48
Outras Exigibilidades	292	343
Total	<u>2.978</u>	<u>3.339</u>

6.3 Exigível Operacional dos Investimentos

Nos Investimentos representam compromissos referentes a cotas a integralizar de Fundos de Investimentos em Participações - FIPs e investimentos imobiliários, bem como, liquidações financeiras referentes a operações do mercado de renda variável e outros, conforme detalhado abaixo:

Plano	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>		<u>21.023</u>	<u>27.031</u>
Créditos Privados e Depósitos		46	54
Fundos de Partic. em Ações – FIP	4.3.3.1	20.282	24.354
Derivativos		-	7
Empréstimos e Financiamentos		82	55
Fundos de Investimentos Imobiliários – FII	4.3.3.2	-	1.140
Outras Exigibilidades		613	1.421
<u>Plano de Benefícios II – CV</u>		<u>22.883</u>	<u>16.924</u>
Créditos Privados e Depósitos		23	24
Fundos de Partic. em Ações – FIP	4.3.3.1	21.823	15.658
Fundos de Investimentos Imobiliários – FII	4.3.3.2	-	760
Derivativos		-	7
Empréstimos e Financiamentos		585	46
Outras Exigibilidades		452	429
<u>Plano de Gestão Administrativa-PGA</u>		<u>388</u>	<u>388</u>
Outras Exigibilidades		388	388
Total		<u>44.294</u>	<u>44.343</u>

7 Exigível Contingencial

O Instituto possui provisão para contingências constituída com base na opinião da Assessoria Jurídica e estão discriminadas por natureza conforme abaixo:

Descrição	Civil	Fiscal (a)	Investim. (b)	Adm. (c)	Total
Saldo do Exercício Anterior	443	11.110	742	843	13.138
Plano de Benefícios I	367	-	333	-	700
Plano de Benefícios II	-	-	55	-	55
PGA	76	11.110	354	843	12.383
Constituições / Reversões	40	(14)	-	(843)	(817)
Plano de Benefícios I	116	-	-	-	116
PGA	(76)	(14)	-	(843)	(933)
Saldo do Exercício Atual	483	11.096	742	-	12.321
Plano de Benefícios I	483	-	333	-	816
Plano de Benefícios II	-	-	55	-	55
PGA	-	11.096	354	-	11.450

- (a) **PGA – PIS/COFINS:** O Metrus impetrou o Mandado de Segurança nº 2006.61.00.006831-0 contra o Delegado Especial das Instituições Financeiras - DEINF em São Paulo, objetivando garantir o direito líquido e certo de o Instituto não se sujeitar ao recolhimento das referidas contribuições, uma vez que, tratando-se de Entidade Fechada de Previdência Complementar, se considerada a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei 9.718/98, não auferem faturamento, ou seja, não vende mercadorias ou serviços, que é a atual base de cálculo das contribuições. Em 10 de abril de 2006, foi publicada a decisão que deferiu a realização dos depósitos judiciais dos valores envolvidos, vindo o Instituto, desde 12 de abril de 2006 até dezembro de 2014, depositando-os judicialmente. Esses valores representam no final do exercício R\$ 11.096 (R\$ 11.110 em 2015). Por força da Instrução Normativa IN RFB nº 1544/15 e orientação do escritório de advocacia especializado o Metrus passou a recolher aos cofres públicos referidas contribuições a partir de janeiro de 2015.
- (b) **Investimentos:** representam bloqueios judiciais efetuados em contas correntes do Instituto, por meio do sistema SISBACEN, referentes às reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados da EMTEL contra ela e, quando denunciado à lide, também contra o Metrus, sendo que eventuais ônus decorrentes para o Instituto são suportados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô conforme descrito na nota explicativa nº 12.
- (c) **Administrativo:** Este valor tratava-se de custos de arbitragem e honorários de sucumbência referente a procedimento arbitral em que postularam a anulação da venda de ações da Taípe Trancoso Empreendimentos S.A de um dos Sócios ao Club Med, de tal sorte a manter vigente a atual composição societária da Companhia. No exercício foi pago (revertido) o valor constituído referente à parte que coube ao Metrus, relativo à sua participação no capital social da Companhia.

O Metrus possui processos que a opinião da Assessoria Jurídica classifica como expectativas de perda possível, conforme abaixo:

Plano de Benefícios I: revisão de benefícios e processos da atividade de Investimentos, onde os valores das causas montam R\$ 82 (R\$ 167 em 2015) e R\$ 1.128 (R\$ 600 em 2015), respectivamente;

No Plano de Benefícios II: revisão de benefícios e processos da atividade de investimentos nos valores de R\$ 8 e R\$ 154, respectivamente;

Administrativo: processos administrativos no valor de R\$ 38.

8 Patrimônio Social

8.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos Planos foram constituídas com base no Parecer Atuarial da empresa especializada GAMA Consultores Associados Ltda. com data base em 31 de dezembro de 2016 e representam os compromissos atuais e futuros do Instituto no encerramento do período com os participantes e seus beneficiários. Baseado em estudo de aderência para cálculo das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I - BD		
▪ Hipóteses Econômicas		
Taxa Real Anual de Juros	5,70%	5,70%
Projeção de Crescimento Real dos Salários	0,56% a.a.	0,56% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários e dos Benefícios	0,9781%	0,9779%
▪ Hipóteses Biométricas		
Hipóteses sobre Rotatividade	Experiência GAMA PI – 2003 a 2012	Experiência GAMA PI – 2003 a 2012
Tábua Mortalidade Geral	AT-83	AT-83
Tábua Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010	IBGE 2010
Tábua Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas Crédito Unitário Projetado	Álvaro Vindas Crédito Unitário Projetado
▪ Método Atuarial		
Plano de Benefícios II - CV		
▪ Hipóteses Econômicas		
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Projeção de Crescimento Real dos Salários	0,84% a.a.	0,84% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários e dos Benefícios	0,9781%	0,9778%
▪ Hipóteses Biométricas		
Hipóteses sobre Rotatividade	Experiência GAMA PII – 2003 a 2012	Experiência GAMA PII – 2003 a 2012
Tábua Mortalidade Geral	AT - 2000	AT - 2000
Tábua Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010	IBGE 2010
Tábua Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas Crédito Unitário Projetado	Álvaro Vindas Crédito Unitário Projetado
▪ Método Atuarial		

De acordo com a metodologia constante nos normativos, a duração do passivo do Plano de Benefícios I resultou em 11,33 anos (exercício de 2015), com uma taxa de juros parâmetro estipulada para essa duração de 6,21%a.a., conforme Portaria PREVIC 186, de 29 de abril de 2016. Desta forma, o Instituto manteve a taxa praticada de 5,70% para cálculo das Provisões Matemáticas do Plano.

8.2 Patrimônio de Cobertura dos Planos Consolidado - Planos I e II

Discriminação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS - (1+2)	<u>1.948.079</u>	<u>1.682.075</u>
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	<u>2.014.290</u>	<u>1.828.187</u>
Benefícios Concedidos	<u>693.774</u>	<u>626.076</u>
Plano I - Benefício Definido	635.300	579.956
Plano II	<u>58.474</u>	<u>46.120</u>
Contribuição Definida	4.894	3.964
Benefício Definido	53.580	42.156
Benefícios a Conceder	<u>1.445.572</u>	<u>1.304.819</u>
Plano I - Benefício Definido	677.697	669.655
Plano II - Contribuição Definida	<u>767.875</u>	<u>635.164</u>
Contribuição Definida	704.515	573.929
Benefício Definido	63.360	61.235
Provisões Matemáticas a Constituir	<u>(125.056)</u>	<u>(102.708)</u>
(-) Serviço Passado	<u>(467)</u>	<u>(657)</u>
Plano II - Contribuição Definida	(467)	(657)
(-) Déficit Equacionado	<u>(124.589)</u>	<u>(102.051)</u>
Plano I - Benefício Definido	(120.497)	(97.744)
Plano II - Benefício Definido	(4.092)	(4.307)
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	<u>(66.211)</u>	<u>(146.112)</u>
Plano I - Benefício Definido	(71.070)	(138.900)
Plano II - Contribuição Definida	4.859	(7.212)

8.2.1 Benefícios Concedidos: representa o valor atual dos benefícios dos planos a serem pagos pela Entidade aos seus assistidos e beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada. A variação foi motivada por novas concessões e aumento médio dos benefícios.

8.2.2 Benefícios a Conceder: representa o valor atual dos benefícios dos planos necessários para a cobertura dos compromissos futuros da Entidade com os participantes e beneficiários que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada. A variação foi motivada pelo aumento médio dos salários acima da expectativa de crescimento salarial.

8.2.3 Provisões Matemáticas a Constituir: representa o valor atual das contribuições extraordinárias futuras já vigentes, referentes:

a) **Serviço passado:** o prazo previsto para amortização do valor de R\$ 467, no Plano de Benefícios II, é de 2 anos e 7 meses contados a partir de janeiro de 2017.

b) Déficit Equacionado: representa a insuficiência patrimonial para a cobertura dos compromissos dos Planos contratados para recebimento futuro. O valor apresentado no exercício no Plano de Benefícios I é de R\$ 120.498 (R\$ 97.744 em 2015) e R\$ 4.092 (R\$4.307 em 2015) no Plano de Benefícios II. O prazo remanescente de amortização para o equacionamento do déficit estabelecido até o exercício de 2015 é de 2 anos e 5 meses para o Plano de Benefícios I e de 6 anos e 3 meses para o Plano de Benefícios II, contados a partir de janeiro de 2017. No exercício de 2016 foi aprovado um novo plano de equacionando de déficit no valor de R\$ 42.209 no Plano de Benefícios I a um prazo de amortização de 17 anos, com vigência a partir de fevereiro de 2017.

8.2.4 Equilíbrio Técnico – Déficit Técnico Acumulado: apurado entre a diferença do Ativo Líquido (Ativo menos Exigível Operacional, Contingencial) e as Provisões Matemáticas e fundos. Tais resultados foram suportados pelas hipóteses e premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos descritas na nota explicativa nº 8.

8.2.4.1 Plano de Benefícios I

No exercício de 2016, a avaliação atuarial apurou um déficit técnico atuarial acumulado de R\$ 71.070 (R\$ 138.900 em 2015), representando uma redução de R\$67.829, justificada, especialmente, pelo equacionamento do déficit referente ao exercício de 2015 no valor de R\$ 42.209, bem como pela postergação da aposentadoria pelos participantes elegíveis que gerou um ganho atuarial ao Plano.

A partir do exercício de 2015, o Instituto passou a apurar o equilíbrio técnico ajustado e demonstra-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL conforme estabelece a Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

Conforme determina a Resolução MPS /CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação apurado pelo Instituto foi de R\$ 18.831, na data base da avaliação atuarial, que resultou em um equilíbrio técnico ajustado deficitário de R\$ 52.239.

Desta forma, segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a duração do passivo do exercício de 11,11 anos o limite de déficit para avaliação atuarial de 2016 seria de R\$ 84.787, ou seja, 7,11% (11,11 anos – 4 anos) das provisões matemáticas. O déficit apurado após o ajuste de precificação (R\$ 52.23) foi inferior ao limite (de R\$ 84.787), sendo assim, não haverá necessidade de equacionamento obrigatório até o encerramento do exercício de 2017, conforme demonstrado abaixo:

a) Apuração do Déficit Limite

1) Saldo das Provisões Matemáticas	1.192.500
2) Cálculo do limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano de 11,33 anos deduzido de 4 pontos	7,11%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado = (1*2.1)	<u>84.787</u>

b) Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

1) Resultado Realizado	(71.070)
1.1.) Déficit Técnico Acumulado	(71.070)
2) Ajuste de Precificação	18.831
3) Equilíbrio Técnico Ajustado = (1+2)	<u>52.239</u>

8.2.4.2 Plano de Benefícios II

O Plano apresentou resultado superavitário no exercício de R\$ 12.071, revertendo o déficit técnico acumulado, do exercício anterior, para superávit técnico de R\$ 4.859 (déficit de R\$ 7.212 em 2015) da parcela em Benefício Definido das Provisões Matemáticas. O superávit do exercício deveu-se, principalmente, pela superação da meta atuarial que foi de 11,91%, pelas aplicações dos investimentos, que obteve rentabilidade de 14,02% e redução do crescimento salarial.

Conforme determina a legislação, o ajuste de precificação apurado pelo Instituto, na data base da avaliação atuarial, foi de R\$ 27.196 que resultou em um equilíbrio técnico ajustado de R\$ 32.056, conforme abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

1) Resultado Realizado	4.859
1.1.) Superávit Técnico Acumulado	4.859
2) Ajuste de Precificação	27.196
3) Equilíbrio Técnico Ajustado = (1+2)	<u>32.055</u>

O Plano apresentou superávit no encerramento do exercício, portanto, não existindo déficit a ser equacionado.

9 Fundos

9.1 Fundo Previdencial

Na Avaliação Atuarial de 2016 o Plano de Benefício I não apresentou constituição de Fundo, enquanto que o Plano de Benefícios II tem constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos.

9.1.1 Plano de Benefícios II

Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos: constituído com a finalidade, prioritária, de cobertura dos efeitos de variações desfavoráveis dos parâmetros demográficos, econômicos e atuarias conforme previsto na Nota Técnica do Plano. No exercício foi revertido o valor de R\$ 2.932 e no final do exercício o Fundo apresenta o valor de R\$ 10.343 (R\$ 13.275 em 2015).

O Fundo de Saldo Remanescente Patrocinadora: tem como origem o saldo de conta das Patrocinadoras que não é utilizada no cálculo dos benefícios ou dos institutos por ocasião de restituição / portabilidade pelo participante e destina-se a dar cobertura a eventuais insuficiências do Plano ou reduzir as contribuições futuras da Patrocinadora. No exercício de 2016 foi constituído fundo no valor de R\$ 424 e no final do exercício apresenta o valor de R\$ 905 (R\$ 481 em 2015).

9.2 Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é destinado a cobrir os gastos administrativos excedentes às contribuições administrativas de forma a obter desempenho e funcionamento da entidade em níveis adequados e são constituídos / revertidos pelo resultado positivo/negativo na apuração das receitas e despesas. No exercício foi constituído fundo no valor de R\$ 1.471 e no final do

exercício apresenta o valor de R\$ 33.858 (R\$ 32.387 em 2015), sendo que deste valor R\$ 10.272 (R\$ 12.326 em 2015) refere-se ao ativo permanente.

Cabe destacar, que no exercício o fundo foi impactado pela reavaliação negativa dos imóveis, constante no permanente, no valor de R\$ 1.743.

9.3 Fundos de Investimentos

São constituídos de percentuais da taxa de encargos do empréstimo pessoal e destina-se a cobertura de inadimplência das prestações e seguro em caso de morte ou invalidez do participante, conforme regulamento do Empréstimo Pessoal.

No final do exercício de 2016 os fundos apresentavam os valores, conforme detalhado a seguir:

Fundo de Inadimplência	Fundo de Inadimplência	Fundo de Morte / Invalidez	Total
Saldo em 31/12/2015	1.785	2.199	3.984
Plano de Benefício I	434	270	704
Plano de Benefício II	1.351	1.929	3.280
Constituição / Reversão	47	301	348
Plano de Benefício I	(121)	29	(92)
Plano de Benefício II	168	272	440
Saldo em 31/12/2016	1.832	2.500	4.332
Plano de Benefício I	313	299	612
Plano de Benefício II	1.519	2.201	3.720

No exercício foi utilizado o Fundo de Inadimplência no valor de R\$ 288 para quitação de contratos de empréstimos vencidos a mais de cinco anos no Plano de Benefícios I e R\$ 181 no Plano de Benefícios II.

10 Plano de Gestão Administrativa - PGA

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 29 de dezembro de 2009, conforme determina a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009. O Instituto adota dois indicadores de gestão para avaliação objetiva das despesas administrativas que estão descritos na nota explicativa nº 10.3.

10.1 Receitas

Representam as Contribuições Administrativas (Patrocinadoras e Participantes) transferidos da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos e reembolso efetuado pela Gestão Assistencial para cobertura dos gastos administrativos, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receitas Administrativas	<u>33.370</u>	<u>32.684</u>
Custeio Administrativo Previdencial	<u>2.443</u>	<u>2.284</u>
Plano de Benefícios I – BD	1.367	1.306
Plano de Benefícios II – CV	1.076	978
Custeio Administrativo de Investimentos	<u>10.418</u>	<u>10.032</u>
Plano de Benefícios I – BD	6.383	6.354
Plano de Benefícios II – CV	4.035	3.678
Taxa Administrativa de Empréstimo Pessoal	<u>296</u>	<u>275</u>
Plano de Benefícios I – BD	106	101
Plano de Benefícios II – CV	190	174
Reembolso da Gestão Assistencial	<u>19.727</u>	<u>19.718</u>
Outras	<u>486</u>	<u>375</u>
Despesas Administrativas	<u>34.760</u>	<u>32.374</u>

10.1.1 Custeio Administrativo Previdencial

Corresponde às transferências dos planos de benefícios referentes às Contribuições Administrativas efetuadas pelas Patrocinadoras e Participantes. As Patrocinadoras e Participantes (exceto sobre contribuições suplementares) contribuíram com 2% sobre suas contribuições e os assistidos contribuíram com 0,61% sobre o valor mensal dos benefícios, que representaram no exercício R\$ 1.367 (R\$ 1.306 em 2015) no Plano de Benefícios I e R\$ 1.076 (R\$ 978 em 2015) no Plano de Benefícios II.

10.1.2 Custeio Administrativo de Investimentos

Compõem-se das transferências, efetuadas mensalmente de recursos dos investimentos, correspondentes aos gastos administrativos necessários para gestão dos recursos garantidores dos planos.

Os recursos destinados ao Custeio Administrativo de Investimentos foram suportados pelo Plano de Benefícios I - R\$ 6.383 (R\$ 6.354 em 2015) e pelo Plano de Benefícios II - R\$ 4.035 (R\$ 3.678 em 2015).

10.1.3 Reembolso da Gestão Assistencial

Conforme determina a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 as despesas administrativas de plano de assistência à saúde devem ser auferidas e custeadas integralmente com recursos do próprio plano de assistência à saúde. Desta forma, todos os gastos administrativos da Gestão Assistencial foram reembolsados ao PGA, inclusive os de investimentos que representaram no exercício R\$ 19.727 (R\$ 19.718 em 2015).

10.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial, dos recursos dos Investimentos, do reembolso da Gestão Assistencial e quando necessário utilizou-se recursos do Fundo Administrativo aprovados em orçamento.

No exercício de 2016 as despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial, Assistencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado e as horas trabalhadas em cada uma das gestões. Os percentuais utilizados para alocação das despesas, durante o exercício, foram os seguintes: Gestão Previdencial 5%, Gestão dos Recursos de Investimentos 33% e Gestão Assistencial 62%.

As alocações das despesas administrativas na Gestão Previdencial entre os Planos de Benefícios I e II, para o exercício de 2016, foram rateadas de acordo com o Patrimônio Social de cada plano. Os percentuais obtidos para a alocação das despesas, utilizados durante o exercício, representaram em média 59,86% para o Plano de Benefícios I e 40,14% para o Plano de Benefícios II.

Os gastos administrativos de Investimentos foram suportados em sua totalidade pela Gestão dos Recursos de Investimentos e foram rateados de acordo com o Patrimônio Social de cada plano. Os percentuais médios utilizados para alocação das despesas foram 58,03% para o Plano de Benefícios I, 38,91% para o Plano de Benefícios II e 3,06% para a Gestão Assistencial.

Com os critérios utilizados acima, o total das despesas administrativas no exercício para os Planos de Benefícios I e II foram R\$ 9.143 (R\$ 7.939 em 2015) e R\$ 5.890 (R\$ 4.701 em 2015), respectivamente.

10.2.1 – Serviços de Terceiros

Os gastos administrativos na Gestão Previdencial e de Investimentos com serviços de terceiros no exercício foram R\$ 2.432 (R\$ 2.307 em 2015) conforme discriminado abaixo:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Assessoria e Consultoria Atuarial	183	206
Consultoria Jurídica	683	454
Assessoria e Consultoria de Investimentos	535	684
Consultoria de Recursos Humanos	149	101
Assessoria de Informática	254	251
Assessoria e Consultoria ao Conselho Fiscal	13	9
Auditoria Contábil	38	
Taxa de Custodiante	510	420
Outras	67	182
Total	2.432	2.307

10.3 Indicadores de gestão

O Metrus adotou para o exercício os seguintes indicadores de Gestão:

<u>Índices</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Despesas Adm. Investimentos</u> Ativo Total - (i)	0,56%	0,56%
<u>Custeio Administrativo - (ii)</u> Ativo Total - (i)	0,64%	0,70%

(i) Valor descontado do ativo da Gestão Assistencial. Esse índice foi impactado pela desvalorização dos conjuntos do imóvel sede no exercício reconhecido como despesa.

(ii) **Taxa de Administração:** Índice de 1% adotado, no Regulamento do PGA, como limitador anual de recursos destinados pelo conjunto de planos de benefícios para o plano de gestão administrativa.

10.4 Anulação da Participação no PGA na Consolidação do Balanço Patrimonial

	<u>Plano I</u>	<u>Plano II</u>	<u>PGA</u>	<u>Demonst Auxiliar</u>	<u>Gestão Assistencial</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo	<u>1.169.748</u>	<u>877.614</u>	<u>48.674</u>	<u>(33.858)</u>	<u>72.077</u>	<u>2.134.255</u>
Disponível	283	761	508	-	-	1.552
Gestão Previdencial	3.960	5.428	-	-	-	9.388
Gestão Administrativa	21.452	12.406	16.212	(33.858)	-	16.212
Investimentos	1.144.053	859.019	21.682	-	-	2.024.754
Permanente	-	-	10.272	-	-	10.272
Gestão Assistencial	-	-	-	-	72.077	72.077
Passivo	<u>1.169.748</u>	<u>877.614</u>	<u>48.674</u>	<u>(33.858)</u>	<u>72.077</u>	<u>2.134.255</u>
Gestão Previdencial	4.414	653	-	-	-	5.068
Gestão Administrativa	-	-	2.978	-	-	2.978
Investimentos	21.024	22.882	388	-	-	44.294
Exigível Contingencial	816	55	11.450	-	-	12.321
Patrimônio Cobertura do Plano	1.121.430	826.650	-	-	-	1.948.079
Fundos	22.064	27.374	33.858	(33.858)	-	49.438
Gestão Assistencial	-	-	-	-	72.077	72.077

11 Gestão Assistencial

As entidades fechadas de previdência complementar, que nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109 de 2001 foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes e assistidos benefícios assistenciais à saúde, passaram a elaborar as demonstrações contábeis do plano assistencial, de acordo com o plano de contas instituído para o setor de saúde suplementar, cujas demonstrações são encaminhadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O plano assistencial denominado “Metrus Saúde”, para fins societários, é parte integrante do Metrus, cujo total de ativos e passivos, no montante de R\$ 72.077 (R\$ 89.572 em 2015) foram incluídos, respectivamente, na rubrica Gestão Assistencial no Balanço Patrimonial Consolidado do Instituto de 31 de dezembro de 2016, de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009.

12 Contingência não provisionada – Emtel

A ação judicial objeto do Processo nº 0710572-44.1995.8.26.0100 (antigo 803/95), da 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital. Essa ação foi ajuizada pelo METRUS visando à desconstituição das duplicatas representativas de dívida, protestadas pela EMTEL, em razão da prestação de serviços supostamente não adimplidos. Por sua vez, a EMTEL apresentou defesa sustentando a suposta validade das duplicatas representativas de dívida, como também ofertou reconvenção, a fim de obrigar o Metrus a pagar essa dívida. Tal empresa prestou serviços de mão de obra para o Programa Estadual “TURMA DA RUA”, de responsabilidade da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Patrocinadora Instituidora do Metrus e, em última instância, do Governo do Estado de São Paulo (por força do Decreto nº. 26.952 de 10 de abril de 1987). A Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô delegou a gestão administrativa ao Metrus, se encarregando de repassar os recursos financeiros originários do Tesouro do Estado para pagamento de todas as despesas decorrentes. Os pedidos das ações de ambas as partes foram julgados parcialmente procedentes. O METRUS venceu parte da sua pretensão porque a sentença reconheceu ser indevida parcela da dívida. Com relação a outra parte da dívida, a sentença entendeu ser devida e julgou procedente o pedido de cobrança formulado em reconvenção pela EMTEL, condenando o Metrus a pagar R\$ 19.779 (março de 1995) e 15% do valor da condenação a título de honorários advocatícios (percentual reduzido pelo Tribunal para 10%). O valor da condenação, atualizado até 31 de dezembro de 2016, é, segundo informado pelos patronos do Instituto no processo, de R\$ 325.921, sendo R\$ 287.713 relativos à condenação ao pagamento de dívida com a EMTEL e R\$ 38.208 a título de honorários advocatícios de sucumbência. A decisão já transitou em julgado. A EMTEL chegou a requerer o início da execução, por meio de cumprimento de sentença, mas o curso da execução foi suspenso por liminar proferida na ação cautelar incidental em ação civil pública (n. 0021477-86.2001.8.26.0053 e ação cautelar incidental n. 0022225-21.2001.8.26.0053). A decisão de suspensão foi objeto de recurso por parte da EMTEL e restou confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A EMTEL chegou a interpor Recurso Especial em face da decisão do Tribunal, mas não recorreu da decisão que o indeferiu. O escritório de advocacia credor dos honorários advocatícios (Mesquita Pereira, Marcelino, Almeida, Esteves Advogados) também iniciou a execução, por meio de cumprimento de sentença (n. 1007580-07.2013.8.26.0100) e o curso da execução também foi suspenso pela liminar proferida na cautelar incidental à ação civil pública. O escritório de advocacia recorreu da decisão de suspensão e o Tribunal de Justiça a manteve. Atualmente, está pendente a análise de recurso da banca de advogados para o Superior Tribunal de Justiça.

A ação judicial objeto do Processo nº 0727078-90.1998.8.26.0100 (antigo 1694/98), da 15ª Vara Cível do Foro Central da Capital, também decorrente do Programa Estadual “TURMA DA RUA”, diz respeito ao pleito da Emtel sobre o recebimento de todas as verbas que despendeu com as citadas reclamatórias, acrescidas da taxa de administração de 145% e demais encargos processuais, dando à causa o valor de R\$ 883 (histórico), atualizado até dezembro de 2016 - R\$ 2.953. O pedido foi julgado parcialmente procedente e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o reduziu ainda mais, para afastar a condenação ao ressarcimento das custas e despesas das ações trabalhistas, além da multa contratual e da verba de remuneração de 145%. O METRUS e o METRÔ interpuseram Recursos Especial e Extraordinário, mas ambos foram inadmitidos. Pendem recursos de Agravos em Recurso Especial com remotas chances de êxito. Em 14 de dezembro de 2015 a EMTEL iniciou a execução por meio de cumprimento de sentença e o METRUS foi intimado para pagar, em 15 dias, a quantia de R\$ 115.332. (fevereiro de 2016). O METRUS não pagou o valor e recorreu da decisão, mas o Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso. Por precaução, o METRUS, em 11 de maio de 2016, impugnou o cumprimento de sentença, tanto nos autos físicos, quanto nos virtuais, já que, em função da

informatização da 15ª Vara Cível, a EMTEL apresentou também o cumprimento de sentença por meio de processo digital (n. 1039001-10.2016.8.26.0100). Ao impugnar o cumprimento de sentença o METRUS sustentou que o valor devido é de R\$ 2.574 (abril de 2016). Desde então a EMTEL vem insistentemente requerendo a penhora do valor que entende devido. Em junho de 2016, o Judiciário deferiu pedido da Fazenda do Estado de São Paulo, formulado nos autos da cautelar incidental à ação civil pública adiante relatada, requerendo a extensão da liminar de arresto de crédito da EMTEL, para alcançar o crédito constante dos autos da 15ª Vara Cível.

As possibilidades de perdas dos processos em questão foram classificadas como prováveis pela Assessoria Jurídica do Instituto. Caso o Metrus tenha que suportar o pagamento de condenações judiciais derivadas do Programa “TURMA DA RUA”, os recursos necessários para cumpri-las deverão ser suportados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e pelo Governo do Estado de São Paulo – GESP. Isso porque, no contrato firmado entre Metrô e METRUS (contrato n. 0105780000), enquanto o Instituto ficou incumbido de implantar, operacionalizar, gerenciar e administrar o Programa “TURMA DA RUA”, o Metrô se obrigou a realizar o repasse integral da verba necessária à execução do contrato (aditivo n. 2 ao contrato n. 0105780000, cláusulas segunda e quarta, item 4.3). Com base nessa obrigação contratual, o Metrô vem, anualmente, destacando em seu Relatório de Administração – disponibilizado juntamente com suas Demonstrações Contábeis –, no item “principais contingências”, que quaisquer despesas provenientes dos processos decorrentes do Programa “TURMA DA RUA”, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP (vide, por exemplo, relatórios dos exercícios de 2015, 2013, etc.). Portanto, há contingência provisionada pelo Metrô, não só por se tratar de uma obrigação contratual, mas também porque todos os bens que compõem o patrimônio dos planos de benefícios de caráter previdenciário da Entidade integram as reservas técnicas garantidoras de suas obrigações perante seus participantes, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001.

13 Governança, Gestão e Controles Internos

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada a Resolução CGPC nº 13, que estabeleceu princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos de entidades de previdência privada.

Em adição ao processo de identificação e mensuração dos riscos, o Conselho Fiscal do Instituto está acompanhando e participando de reuniões mensais, visando o aperfeiçoamento dos controles e/ou buscando identificar outros pontos de controle.

O Instituto obedece à legislação em vigor e, durante o exercício de 2016, implementou procedimentos de acordo com os padrões requeridos, aprimorando a gestão relativa aos seus controles internos.

14 Eventos Subsequentes

Em 11 de janeiro de 2017 foi aprovado Pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC o novo Estatuto do Instituto e a Diretoria Executiva passa a ser composta por 4 (quatro) membros efetivos, sendo: Diretor Presidente, Diretor de Previdência, Diretor de Investimentos e Diretor de Saúde.

RELATÓRIO
**DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos:

Administradores e Conselheiros

Metrus – Instituto de Seguridade Social

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Metrus – Instituto de Seguridade Social (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa (se apresentada) e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Metrus – Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processo judicial EMTEL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, o Instituto foi acionado judicialmente pela empresa EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda. para o pagamento de créditos e de todas as verbas que despendeu com as reclamações judiciais, acrescidas da taxa de administração e demais encargos processuais, referentes à prestação de serviços de mão de obra para o Programa Estadual “Turma da Rua”, inicialmente de responsabilidade da Patrocinadora Companhia do Metropolitan de São Paulo – Metrô e posteriormente repassado para o Instituto por meio de contrato firmado entre as partes. Os valores das discussões judiciais, atualizados até 31 de dezembro de 2016, são R\$ 325.921 mil (referentes aos créditos reclamados e respectivos honorários advocatícios) e R\$ 115.332 mil (referentes a verbas, taxas de administração e demais encargos processuais). A Administração do Instituto, suportada pelos seus assessores jurídicos, classifica a probabilidade de perda das ações judiciais como provável. Contudo, o Metrô não constituiu a correspondente provisão para contingências nas suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, pois, por força do referido contrato firmado entre Metrô e Metrus, o Metrô se obrigou a realizar o repasse integral da verba necessária à execução dos trabalhos junto à Emtel. Com base nessa obrigação contratual, o Metrô vem, anualmente, destacando em suas demonstrações contábeis, notas explicativas e relatórios de administração, que quaisquer gastos incorridos pelo Metrus, provenientes de processos decorrentes do Programa “TURMA DA RUA”, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e, em última instância, pelo Governo do Estado de São Paulo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis do plano assistencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as informações contábeis referentes aos planos assistenciais, que contemplam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme requerido pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC..

O Instituto apresenta separadamente um conjunto completo de demonstrações contábeis dos planos assistenciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes separado, datado de 13 de março de 2017, e contendo opinião sem ressalva e ênfase com o mesmo assunto mencionado no parágrafo “Ênfase” acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Anual de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios não abrange o Relatório Anual de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da de Anual de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e a utilização dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e se os eventos estão apresentados de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2017.

Marcos Venicio Sanches
Contador CRC 1SP-218.030/O-9

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

TG&C Auditores Independentes
CRC 2SP-031.693/O-9

PARECER ATUARIAL
PLANO I

METRUS

Avaliação Atuarial de 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS I DA PREVIDÊNCIA
SUPLEMENTAR

CNPB 1993.0001-19

Parecer Atuarial 080/17

Fevereiro/2017

MAKE TOMORROW, TODAY

 MERCER  GAMA

PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006 e alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios I da Previdência Suplementar - PLANO I, patrocinado pela Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ, administrado e executado pelo METRUS - Instituto de Seguridade Social, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O PLANO I oferece benefícios previdenciários de aposentadorias, pensões e auxílios, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1993.0001-19 e encontra-se fechado à novas adesões, desde 01/08/1999 (data de início de vigência do Plano II).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, na data base de 31/10/2016, contemplando o Regulamento, sendo a última alteração aprovada em 22/03/2012, e Nota Técnica Atuarial vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade. O Relatório GAMA 079 - RE 038/17 apresenta todos os resultados dessa Avaliação Atuarial.

Para fins da mensuração dos valores em 31/12/2016 - data de encerramento do exercício - as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, foram reposicionadas para esta data, por meio de recorrência, tomando-se como base a Avaliação Atuarial de 31/10/2016, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no PLANO I, sendo este denominado de "PB I" exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos desse Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o METRUS não ter informado nenhum fato relevante em relação ao PLANO I, em conformidade com a correspondência GAMA 079 - CT 333/16 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2016, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial

do PLANO I, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - PB I

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do PLANO I estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Crédito Unitário Projetado, exceto os benefícios de Pensão por Morte de Ativo, inclusive o respectivo benefício mínimo, e Auxílio-Doença, que são avaliados pelo regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 038/17, o custo total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em 31/10/2016, foi de 18,377%, sendo 4,765% referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano, 12,182% referentes ao custo do equacionamento de déficit de exercícios anteriores e 1,43% referente ao equacionamento do déficit do exercício de 2015. Comparativamente ao exercício de 2015, houve um aumento de 1,821 pontos percentuais no custo do Plano, especialmente em razão da implementação de um novo plano de equacionamento de déficit, o qual registrou a alíquota de 16,556%, sendo 5,096% relativos ao custo dos benefícios previdenciais e 11,460% relativos ao custo do equacionamento de déficit de exercícios anteriores.

Conforme demonstrado, o custo calculado na Avaliação Atuarial de 2016 foi superior ao custo da Avaliação Atuarial de 2015, sendo, portanto, necessária a alteração do custeio vigente.

O Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 038/17 apresenta, de forma detalhada, os custos do Plano, indicando os motivos das variações, quando aplicável.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano I foram avaliadas na data base 31/10/2016 e reposicionadas por recorrência para 31/12/2016.

Considerando os resultados reposicionados por recorrência em 31/12/2016, as *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC*, do PLANO I, montavam R\$635.300.261,17, sendo R\$531.215.658,03 referentes aos

benefícios programados e R\$104.084.603,14 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC* foram reposicionadas por recorrência em 31/12/2016, e montavam R\$677.697.569,42, sendo R\$671.528.053,02 referentes aos benefícios programados e R\$6.169.516,40 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido, exceto os Benefícios de Pensão por Morte de Ativo e Auxílio-Doença do Plano, para os quais não há constituição de Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, devido aos regimes financeiros adotados para estes.

Em 31/12/2016, as *Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC*, conforme informações disponibilizadas pela Entidade, montavam R\$120.497.701,21, referentes aos Déficit equacionado nos exercícios anteriores e ao Déficit Equacionado de 2015. Cumpre ressaltar que o prazo remanescente, em 31/12/2016, para amortização da referida Provisão a Constituir é de 29 meses para os Déficit equacionados anteriores e de 204 meses para o Déficit Equacionado de 2015, a contar a partir do início do equacionamento deste.

Desta forma, o total das *Provisões Matemáticas*, considerando os resultados calculados na data base e reposicionados por recorrência para 31/12/2016, montava R\$1.192.500.129,38.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das *Provisões Matemáticas* do Plano foi positiva em 3,53%, tendo sido registrado o montante de R\$1.192.500.129,38 em 31/12/2016 e de R\$1.151.866.791,85 em 31/12/2015.

O aumento nas *Provisões Matemáticas* deve-se, principalmente, ao reajuste dos salários e benefícios e movimentações cadastrais.

Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 038/17.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o PLANO I, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano foram indicadas pelo METRUS, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, referendadas pelo Conselho Deliberativo e objeto de parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de

aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório GAMA 079 - RE 096/16, observando, assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006 e alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$18.830.703,72, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$52.239.766,16.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 11,11 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 seria de R\$84.786.759,20 (7,11% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação inferior ao limite, não haverá necessidade de equacionamento obrigatório até o encerramento do exercício de 2017.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo METRUS foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpra-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016 não havia qualquer fundo previdencial constituído no PLANO I.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$1.192.500.129,38, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2016, no montante de R\$1.121.429.659,50, verifica-se que o Plano apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$71.070.469,88, em 31/12/2016.

O déficit técnico no exercício do Plano reduziu de R\$138.899.936,16, em 31 de dezembro de 2015, para R\$71.070.469,88, em 31 de dezembro de 2016, representando variação de 44,83%, ou R\$67.829.466,28. A redução foi justificada, especialmente, pelo equacionamento do déficit referente a 2015, e consequente contabilização da Provisão Matemática a Constituir, bem como pela quantidade de elegíveis no Plano, sendo que apenas uma minoria deles requereu o benefício. Desse modo, tal postergação da aposentadoria gera um ganho atuarial ao Plano.

A rentabilidade do Plano auferida no exercício de 2016 foi de 12,64%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 12,66%, o que resultou em uma perda atuarial no exercício de 0,02%.

Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 038/17.

2.2.4 *NATUREZA DO RESULTADO*

O resultado deficitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, do não cumprimento, no exercício de 2016, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano e de outras oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para a Avaliação Atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

2.2.5 *SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT*

O PLANO I apresentou déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 11,11 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 seria de R\$84.786.759,20 (7,11% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação inferior ao limite, não haverá necessidade de equacionamento obrigatório até o encerramento do exercício de 2017.

2.2.6 *ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO*

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado, exceto quanto aos benefícios de Pensão por Morte de Ativo, inclusive o respectivo benefício mínimo, e Auxílio-Doença, onde se adota o regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que foi atestada a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
- 2) De acordo com o Balancete Contábil de 31/12/2016, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;
- 3) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$22.064.244,11, sendo R\$21.452.238,02 referentes a Fundo Administrativo e R\$612.006,09 referentes a Fundos dos Investimentos;
- 4) Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2016, o montante de R\$42.208.884,61 referente à parcela de déficit acima do limite estipulado na Avaliação atuarial de 2015 foi alocado em Provisões Matemáticas a constituir de déficit equacionado.
- 5) As hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual do PLANO I foram definidas pelo METRUS, cuja decisão foi formalizada por meio da Ata da 126ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, estando estas subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 079 - RE 096/16;
- 6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, ocorreu a seguinte alteração:
 - i. Fator de Capacidade: de 0,9781 em substituição a 0,9779.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2017, vigente a partir de 01/04/2017, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017				
CONTRIBUIÇÃO		ALÍQUOTA (%)		
PARTICIPANTES	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	
		Parcela do Salário de Participação inferior a 10 vezes ao SU	2,18%	2,301%

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017				
	Parcela do Salário de Participação que está entre 10 vezes e 20 vezes ao SU	4,40%	4,658%	Extraordinária por Déficit Técnico ¹ : 4,643%
	Parcela do Salário de Participação superior a 20 vezes ao SU, com o teto definido pelo LSP	35,20%	37,232%	Extraordinária por Déficit Técnico de 2011 ² : 1,448% Extraordinária por Déficit Técnico de 2015 ³ : 0,383%
BPD aguardando	Extraordinária por Déficit Técnico de 2015 ³	Sem contribuição		0,383%
	Normal	2,7402%		2,382%
PATROCINADORA	Extraordinária por Déficit Técnico ¹	4,2925%		4,643%
	Extraordinária por Déficit Técnico de 2011 ²	1,3391%		1,448%
	Extraordinária por Déficit Técnico de 2015 ³	-		0,716%
AUTOPATROCINADOS		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
ASSISTIDOS		Sem contribuição		2,02% ³

¹ 29 parcelas remanescentes, saldo devedor no montante de R\$59.677.981,14

² 29 parcelas remanescentes, saldo devedor no montante de R\$18.610.835,46

³ 204 parcelas remanescentes a contar a partir do início do equacionamento, saldo devedor no montante de R\$42.208.884,61.

O Plano de Custeio Administrativo será objeto de deliberação pela Entidade, ficando tal definição consignada em documento próprio para tal finalidade.

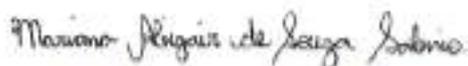
4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano é deficitária em R\$71.070.469,88, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Ainda, após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$52.239.766,16, que, por ser inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$84.786.759,20 ou 7,11% das Provisões Matemáticas, não haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de déficit.

Este é o Parecer.

Brasília, 21 de fevereiro de 2017.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO
Atuário MIBA 2.038 MTPS/RJ
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA



Mercer
GAMA -
02.941.736/
0001-90

PARECER ATUARIAL
PLANO II

METRUS

Avaliação Atuarial de 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS II DA PREVIDÊNCIA
SUPLEMENTAR

CIPB 1998.0076-18

Parecer Atuarial 081/17

Fevereiro/2017

MAKE TOMORROW, TODAY

 MERCER  GAMA

PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, e alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios II da Previdência Suplementar - PLANO II, patrocinados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e patrocinado, administrado, executado pelo METRUS - Instituto de Seguridade Social, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O PLANO II oferece benefícios em forma de renda vitalícia, reajustados pelo retorno dos investimentos do Plano descontado da taxa de juros atuarial vigente, com características de Contribuição Definida (CD) na sua fase de captação e de Benefício Definido (BD) quando da sua concessão, caracterizando-se, portanto, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, como um Plano de Benefícios da modalidade de Contribuição Variável (CV).

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1998.0076-18 e encontra-se em manutenção.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, na data base de 31/10/2016, contemplando o Regulamento, sendo a última alteração aprovada através da Portaria nº 369/2016, publicada no DOU de 15/08/2016, e Nota Técnica Atuarial vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, e as informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade. O Relatório GAMA 079 - RE 039/17 apresenta todos os resultados dessa Avaliação Atuarial.

Para fins da mensuração dos valores em 31/12/2016 - data de encerramento do exercício - as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder foram reposicionados para esta data, via recorrência, tomando-se como base a Avaliação Atuarial de 31/10/2016, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no PLANO II, sendo este denominado de "PB II" exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos desse Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o METRUS não ter informado nenhum fato relevante em relação ao PLANO II, em conformidade com a correspondência GAMA 079 - CT 333/16 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2016, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do PLANO II, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003,

dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - PB II

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios mínimo e de invalidez do PLANO II estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o regime de Capitalização, pelo método Crédito Unitário Projetado conjugado com o método Capitalização Financeira. Já os benefícios de Pensão por Morte de Ativo, inclusive o respectivo benefício mínimo, e de Auxílio-Doença são avaliados pelo regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à parcela da contribuição patronal, em 31/10/2016.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 039/17, o custo total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em 31/10/2016, foi de 10,031%, sendo 9,881% referentes ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano e 0,150% referente aos custos do equacionamento de déficit do exercício anterior e de serviço passado. Comparativamente ao exercício de 2015, houve uma redução de 0,011 ponto percentual no custo do Plano, o qual registrou a alíquota de 10,042%, sendo 9,889% relativos ao custo dos benefícios previdenciais e 0,153% relativo aos custos do equacionamento de déficit do exercício anterior e de serviço passado.

Conforme demonstrado, o custo calculado na Avaliação Atuarial de 2016 foi inferior ao calculado na Avaliação Atuarial de 2015, sendo, portanto possível a manutenção do custeio vigente.

O Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 039/17 apresenta, de forma detalhada, os custos do Plano, indicando os motivos das variações, quando aplicável.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do PLANO II foram avaliadas na data base 31/10/2016 e reposicionadas por recorrência para 31/12/2016.

Considerando os resultados reposicionados por recorrência em 31/12/2016, as *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC*, do PLANO II, montavam R\$58.473.516,16, sendo R\$4.893.871,63 referentes aos benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), R\$29.564.621,48 referentes aos benefícios programados e R\$24.015.023,05 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC* foram reposicionadas por recorrência em 31/12/2016 e montavam R\$767.875.325,34 sendo R\$495.266.346,26 referentes aos saldos de contas dos Participantes, R\$209.248.589,12 referentes aos saldos de contas da Patrocinadora, R\$43.482.641,06 referentes aos benefícios programados e R\$19.877.748,90 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido, exceto os Benefícios de Pensão por Morte de Ativo e Auxílio-Doença, para os quais não há constituição de Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, devido aos regimes financeiros adotados para estes.

Em 31/12/2016, as *Provisões Matemáticas a Constituir - PMAc*, conforme informações disponibilizadas pela Entidade, montavam R\$4.558.603,09, referentes ao déficit equacionado no exercício anterior e ao valor a integralizar de serviço passado dos Participantes que migraram do Plano I para o PLANO II. Cumpre ressaltar que o prazo remanescente, em 31/12/2016, para amortização do déficit equacionado é de 75 meses e para o serviço passado, de 31 meses.

Desta forma, o total das *Provisões Matemáticas*, considerando os resultados calculados na data base e reposicionados por recorrência para 31/12/2016, montava R\$821.790.238,41.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das *Provisões Matemáticas* do Plano foi de 21,51%, tendo sido registrado o montante de R\$821.790.238,41 em 31/12/2016 e de R\$676.320.071,69 em 31/12/2015.

O aumento nas *Provisões Matemáticas* deve-se, em especial, ao reajuste dos salários e benefícios e movimentação cadastral, além do aumento dos saldos de contas motivado pela adição de novas contribuições e retorno dos investimentos.

Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 039/17.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o PLANO II, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os

normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano foram indicadas pelo METRUS, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, referendadas pelo Conselho Deliberativo e objeto de parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório GAMA 079 - RE 096/16, observando, assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006 e alterações.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo METRUS foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de 2016, o PLANO II tem constituído Fundo Previdencial de Oscilação de Risco e Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

O Fundo Previdencial de Oscilação de Risco, que montava R\$10.342.846,49 em 31/12/2016, tem como origem o resultado superavitário apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2009 e será utilizado, prioritariamente, para a cobertura dos efeitos de variações desfavoráveis dos parâmetros demográficos, econômicos e atuariais, conforme previsto na Nota Técnica do Plano.

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, que montava R\$905.484,28 em 31/12/2016, tem como origem o saldo de conta da Patrocinadora que não foi utilizado no cálculo de benefícios ou dos

institutos e destina-se a dar cobertura a eventuais insuficiências do Plano ou a reduzir as contribuições futuras da Patrocinadora.

2.2.3 *VARIAÇÃO DO RESULTADO*

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$821.790.238,41, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2016, no montante de R\$826.649.681,17, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial de R\$4.859.442,76, em 31/12/2016.

O déficit técnico acumulado do Plano, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$7.212.196,08. Em 31 de dezembro de 2016, o Plano apresentou um superávit técnico acumulado de R\$4.859.442,76. A reversão da situação deficitária para superavitária, na data da Avaliação, deveu-se, especialmente, à superação da meta atuarial no período, ao crescimento salarial ligeiramente inferior à estimativa utilizada.

A rentabilidade do Plano auferida no exercício de 2016 foi de 14,02%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 11,91%, o que resultou em um ganho atuarial no exercício de 1,88%.

Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 079 - RE 039/17.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$27.195.939,74, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$32.055.382,50 superavitário. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

2.2.4 *NATUREZA DO RESULTADO*

O resultado acumulado superavitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, do cumprimento, no exercício de 2016, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano e de outras oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para a Avaliação Atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

2.2.5 *SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT*

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com os métodos de Crédito Unitário Projetado e Capitalização Financeira, exceto quanto aos benefícios de Pensão por Morte de Ativo, inclusive o respectivo benefício mínimo, e de Auxílio-Doença, onde se adota o regime de Repartição de Capitais de Cobertura.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que foi atestada a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores;
- 2) De acordo com o Balancete Contábil de 31/12/2016, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;
- 3) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$27.374.009,50, sendo R\$11.248.330,77 referentes a Fundos Previdenciais, R\$12.405.721,86 referentes a Fundos Administrativos e R\$3.719.956,87 referentes a Fundos dos Investimentos;
- 4) As hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual do PLANO II foram definidas pelo METRUS, cuja decisão foi formalizada por meio da Ata da 126ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, estando estas subsidiadas pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 079 - RE 096/16;
- 5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, ocorreu a seguinte alteração:
 - i. Fator de Capacidade: de 0,9781 em substituição a 0,977;

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o exercício de 2017, vigente a partir de 01/04/2017, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2017				
CONTRIBUIÇÃO			ALÍQUOTA (%)	
		FAIXA SALARIAL	VIGENTE	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016
		PARTICIPANTES	BÁSICA	Parcela do Salário de Participação inferior a 10 vezes ao SU
Parcela do Salário de Participação que está entre 10 vezes e 20 vezes ao SU	0% a 3%			0% a 3%
Parcela do Salário de Participação superior a 20 vezes ao SU, com o teto definido pelo LSP	0% a 7%			0% a 7%
	SUPLEMENTAR		Percentual escolhido pelo Participante	Percentual escolhido pelo Participante
	ESPECIAL (Benefício Mínimo e Risco)		0,753%	0,713%
	ESPECIAL (Déficit Equacionado)		0,059%	0,059%
PATROCINADORA	NORMAL		Paritária com a contribuição básica do Participante	Paritária com a contribuição básica do Participante
	ESPECIAL (Benefício Mínimo e Risco)	0,753%	0,713%	
	ESPECIAL (Serviço Passado)	0,043%	0,031%	
	ESPECIAL (Déficit Equacionado)	0,059%	0,059%	
	CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL	Percentual definido pela Patrocinadora.	Percentual definido pela Patrocinadora.	
AUTOPATROCINADOS			Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.
ASSISTIDOS			Sem contribuição	Sem contribuição

Ressaltamos uma vez que o custo normal reduziu, é possível a manutenção do Plano de Custeio vigente.

O Plano de Custeio Administrativo será objeto de deliberação pela Entidade, ficando tal definição consignada em documento próprio para tal finalidade.

4 CONCLUSÃO

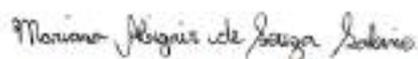
Confrontando-se as Provisões Matemáticas do Plano, no valor de R\$821.790.238,41, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, no montante R\$826.649.681,17, verifica-se que a existência de um Superávit Técnico Atuarial acumulado de R\$4.859.442,76, que observado o Ajuste de Precificação de R\$27.195.939,74 resulta em um Superávit Técnico Acumulado Ajustado de R\$32.055.382,50.

O custo dos benefícios do Plano foi mensurado em 10,031% e será coberto pelo plano de custeio mensurado neste Parecer.

Conclui-se, ante o exposto, que o Plano está em uma situação econômica superavitária.

Este é o Parecer.

Brasília, 21 de fevereiro de 2017.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO Atuária
MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO
Atuário MIBA 2.038 MTPS/RJ
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA



Mercer GAMA
- 02.941.736/
0001-90

PARECERES
CONSELHO DELIBERATIVO
CONSELHO FISCAL

CONSELHO DELIBERATIVO
DELIBERAÇÃO

O Conselho Deliberativo do METRUS – Instituto de Seguridade Social, no exercício de suas atribuições e no cumprimento das determinações expressas nos Artigos 26 – Inciso V e 35 – Inciso III, do Estatuto, em Reunião Extraordinária de 28 de março de 2017, examinou as Demonstrações Contábeis dos planos de previdência compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS Consolidado, da Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefícios, da Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de Benefícios, da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, consolidado e por plano de benefícios, da Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Notas Explicativas e, das Demonstrações Contábeis dos planos de assistência   saúde, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstrac o do Resultado, da Demonstrac o do Resultado Abrangente, da Demonstrac o das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstrac o do Fluxo de Caixa e das respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Após exame e ouvida a exposição feita pelo Diretor-Presidente do Instituto, o Conselho Deliberativo, embasado nos Pareceres Atuariais da GAMA Consultores Associados Ltda., de 21 de fevereiro de 2017, no Relatório dos Auditores da TG&C Auditores Independentes, de 13 de març o de 2017, e Parecer do Conselho Fiscal, de 28 de març o de 2017, aprovou a matéria apresentada.

A presente deliberação   emitida em 04 (quatro) vias originais de igual teor.

São Paulo, 28 de març o de 2017.

ALEXANDRA LEONELLO GRANADO
Presidente do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do METRUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária de 28 de março de 2017, procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis dos planos de previdência, compostas do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidado - DMPS, da Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefícios, da Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de Benefícios, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA consolidado e por plano de benefícios, da Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Notas Explicativas e, das Demonstrações Contábeis dos planos de assistência à saúde, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e das respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparadas com as do exercício anterior.

Embasado em observações e análises próprias e nos termos do parecer da GAMA Consultores Associados Ltda., Atuário e Relatório dos Auditores da TG&C Auditores Independentes, datados de 21 de fevereiro de 2017 e 13 de março de 2017 respectivamente, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 28 de março de 2017.

JINSUKE NAIKI
Presidente do Conselho Fiscal

SERGIO RENATO DA SILVA MAGALHÃES
Conselheiro Efetivo

EDVALDO PEDREIRA SOBRINHO
Conselheiro Efetivo

PAULO LUIZ BAFINI
Conselheiro Efetivo

O Relatório Anual de Informações ao Participante 2016

é uma publicação do Metrus, editada pela Coordenadoria de Comunicação do Instituto.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente – Rubens Pimentel Scaff Junior
Diretor de Previdência – Nelson Medeiros Sobrinho
Diretor de Saúde – Mário Fioratti Filho
Diretor de Investimentos – Wilson Kirschner Amarante

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandra Leonello Granado (presidente)
Leandro Kojima
Milton Fernandes de Almeida
Amarilis de Barros Fagundes de Moraes
Ademir Hugo Uliani
Wilson Roberto Garcia Martins
Nilson Alves da Silva
Ayres Rodrigues Gonçalves
Dagnaldo Gonçalves Pereira
André Tívoli
Alexandre Carvalho Leme
Amaro Vieira da Silva

CONSELHO FISCAL

Jinsuke Naiki (presidente)
Valdir Nilton Esplendori
Edvaldo Pedreira Sobrinho
Maria Sílvia de Oliveira Mondolfo
Paulo Luiz Bafini
Marco Antônio Murbach
Sérgio Renato da Silva Magalhães
Leopoldo Massardi

METRUS

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Alameda Santos, 1827 - 17º andar - Cerqueira César
CEP 01419-909 - São Paulo/SP
Tel: (11) 3371-3475 - Central de Relacionamento: 0800 16 05 98
CNPJ nº 44.857.357/0001-66 | Inscrição Estadual: Isento
www.metrus.org.br